

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS - CAMPUS OURO PRETO

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Yara Aparecida Ferreira

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E IPHAN:
um estudo de caso na perspectiva da cidade de Ouro Preto**

OURO PRETO

2022

Yara Aparecida Ferreira

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E IPHAN:
um estudo de caso na perspectiva da cidade de Ouro Preto**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Conservação e Restauro do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto, para obtenção do grau de tecnólogo em Conservação e Restauro.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Rocha Simão.

OURO PRETO

2022

F383e

Ferreira, Yara Aparecida.

Educação Patrimonial e IPHAN [manuscrito] : um estudo de caso na perspectiva da cidade de Ouro Preto / Yara Aparecida Ferreira. – 2022.
63 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Rocha Simão.

Trabalho de Conclusão de Curso (tecnologia) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto, 2022.

1. Educação Patrimonial. 2. Cultura. 3. Patrimônio cultural. I. Simão, Maria Cristina Rocha. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto. III. Título.

CDU: 719

Catálogo: Kelly Cristiane Santos Morais - CRB-6/3217

Yara Aparecida Ferreira

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E IPHAN:

um estudo de caso na perspectiva da cidade de Ouro Preto

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Conservação e Restauro do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto para obtenção do grau de tecnólogo em Conservação e Restauro.

Aprovado em: 12 / 04 / 2022 pela banca examinadora:

Maria Cristina Rocha Simão

Profa. Dra. Maria Cristina Rocha Simão - IFMG (orientadora)

Paola Macedo Dias Gomes Villas Boas

Profa. Me. Paola Macedo Dias Gomes Villas Boas - IFMG

Simone Monteiro Silvestre Fernandes

Hist. Me. Simone Monteiro Silvestre Fernandes - IPHAN

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Inocência e Maurício, por serem meus maiores exemplos de perseverança e de vida. Por sempre me incentivarem e apoiarem todos os meus sonhos. A vocês, todo o meu amor.

As minhas irmãs, Yasmin, Kyara e Angelica, pela paciência diária, amor, alegria e por sempre me auxiliarem em qualquer situação. Felicidade enorme em poder compartilhar essa conquista com vocês.

À minha orientadora, Cristina Simão, pela oportunidade de participar do projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, que foi minha grande inspiração para a escrita deste trabalho. Enorme felicidade por ter vivido essa experiência incrível, que me fez compreender os diferentes olhares sobre o patrimônio cultural. Gratidão por todo ensinamento, paciência e carinho ao longo desses anos.

Aos professores da Escola Municipal Professora Juventina Drummond e da Escola Estadual Desembargador Horácio Andrade por terem sido a base da minha formação e por me mostrarem que a educação é capaz de transformar o mundo. Vocês foram uma grande inspiração para o meu ingresso na graduação, eterna gratidão.

As grandes amigas que fiz durante o curso de Conservação e Restauro, Mayra e Nathália, que caminharam comigo ao longo desses anos. Vocês proporcionaram as melhores vivências que pude ter durante a graduação, foram escuta atenta e alegria diária. Compartilhamos sonhos, felicidades e tristezas. Sem vocês, essa jornada não teria a mesma graça.

À Débora, pela parceria incrível e por ser a melhor dupla de projeto que eu poderia ter.

À Luzia, pelo carinho que sempre teve comigo.

Ao Matheus, pelo auxílio e dicas preciosas durante a escrita deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, foi um prazer compartilhar esses anos com vocês.

Aos meus professores do IFMG, pelas oportunidades incríveis que tive ao longo do curso e por me permitirem viver uma graduação por completo.

A todos os pesquisadores que foram referências preciosas para a elaboração desse trabalho.

A todos que de alguma forma contribuíram para que esse sonho se concretizasse.

Obrigada, Deus!!

“A educação que precisamos há de ser a que liberta pela conscientização. A que comunica e não a que faz comunicados.”

Paulo Freire

RESUMO

A educação patrimonial é uma ferramenta muito importante para a salvaguarda do patrimônio cultural. O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) desenvolve inúmeras ações a fim de fazer com que a população se sinta parte fundamental frente às políticas de preservação, visto que, só valorizamos aquilo que faz parte de nossas vidas, entendendo como nossas referências culturais. Ressalta-se também que, cada grupo social, possui suas expressões, seu modo de fazer e saber, transmitidos e ressignificados a cada geração, sendo importantes para a manutenção da cultura brasileira que é dinâmica e múltipla. Entender que não é somente o patrimônio institucionalizado que deve ser preservado, mas também todos aqueles carregados de afetos e valores, é de suma importância para a preservação desses bens. Nesse sentido, a Educação Patrimonial se faz presente, auxiliando para que a população fale sobre suas referências, de como elas percebem e usam o patrimônio, um direito de todos os cidadãos, a partir da reflexão de que o diálogo é o melhor caminho para a sua salvaguarda e que o patrimônio cultural não se restringe ao passado, mas sim ao presente. Assim, este trabalho buscou analisar ferramentas utilizadas pelo Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto, através do Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania, nas ações de educação patrimonial desenvolvidas na cidade, por meio de um estudo de caso; bem como sua contribuição para a divulgação e preservação do patrimônio cultural.

Palavras - chave: Educação Patrimonial. Cultura. Patrimônio.

ABSTRACT

Heritage Education is a very important tool for safeguarding cultural heritage. The Institute of Artistic and National Historic Heritage (IPHAN) develops numerous actions in order to make the population feel an important part of preservation policies, since we only value what is part of our lives and understand as our cultural references. It is also noteworthy that each social group has its expressions, its way of doing and knowing, transmitted and resignified to each generation, being important for the maintenance of Brazilian culture that is dynamic and multiple. Understanding that it is not only the institutionalized heritage that must be preserved, but also all those loaded with affections and values, is of paramount importance for the preservation of these assets. In this sense, Heritage Education is present, helping the population to talk about their references and how they perceive and use heritage, which is a right of all citizens, I understand that dialogue is the best way and that heritage culture is not restricted to the past, but to the present. Thus, this work sought to analyze the tools used by the Technical Office of IPHAN in Ouro Preto, through the Programa Sentidos Urbanos: patrimony and citizenship, in heritage education actions developed in the city, as well as its contribution to the dissemination and preservation of cultural heritage.

Keywords: Heritage Education. Culture. Patrimony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Roteiro Cabeças, com alunos da FAOP.....	41
FIGURA 2 - Roteiro Antônio Dias, com alunos do Curso de Turismo.....	41
FIGURA 3 - Roteiro Rosário, com alunos da FAOP.....	41
FIGURA 4 - Roteiro realizado com coordenadoras das creches municipais.....	42
FIGURA 5 - Oficina de audiovisual, na Escola Juventina Drummond.....	45
FIGURA 6 - Oficina de audiovisual, na Escola Juventina Drummond.....	45
FIGURA 7 - Confecção do Mapa Afetivo do Padre Faria.....	48
FIGURA 8 - Mapa Afetivo do Padre Faria Finalizado.....	48
FIGURA 9 - Mapa Afetivo do Horácio Andrade.....	50
FIGURA 10 - Fotografia dos objetos representados no mapa afetivo.....	50
FIGURA 11 - Oficina sobre filmagens e edição de vídeos.....	51
FIGURA 12 - Gravação do Minuto Lumière.....	51
FIGURA 13 - Gravação do Minuto Lumiere.....	52
FIGURA 14 -. Edição dos vídeos do Minuto Lumieré.....	52
FIGURA 15 - Trabalhos de pintura e bordado desenvolvidos na Casa de Cultura.....	53
FIGURA 16 - Gravação com as bordadeiras da Casa de Cultura.....	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Metodologia para ser seguida nas ações de Educação Patrimonial.....	26
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECOPP- Centro Experimental de Criação de Obras Públicas e Populares

CEDUC- Coordenação de Educação Patrimonial

CNRC- Centro Nacional de Referências Culturais

COGEPROM- Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural

DAF- Departamento de Articulação e Fomento

DPHAN- Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EMBRATUR- Agência Brasileira de Promoção do Turismo

ENEP- Encontro Nacional de Educação Patrimonial

FAOP- Fundação de Arte de Ouro Preto

GEDUC- Gerência de Educação Patrimonial e Projetos

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMG- Instituto Federal de Minas Gerais

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC- Ministério da Educação e Cultura

PAC- Programa de Ação Cultural

PCH- Programa das Cidades Históricas

PMOP- Prefeitura Municipal de Ouro Preto

SEPLAN-PR- Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Paraná

SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 POLÍTICAS PATRIMONIAIS E A CRIAÇÃO DO IPHAN	14
3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN.....	23
4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM OURO PRETO.....	35
4.1 Casa do Patrimônio de Ouro Preto: a Casa da Baronesa.....	38
4.2 Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania.....	39
4.3 “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”.....	42
4.4 Diálogos sobre o Patrimônio	46
5 AVANÇOS E DESAFIOS.....	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

A educação patrimonial¹ constitui-se de todos os “processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações” (IPHAN, 2014, p. 19). Ela é o caminho mais eficaz para que os moradores assumam o protagonismo frente à divulgação, proteção, apropriação e usufruto dos bens materiais e imateriais formadores da sociedade, como ressalta Bezerra (2020, p. 63) “a educação patrimonial tem um caráter transformador e emancipatório”. Sendo assim, entender a relação dos moradores com o patrimônio é de suma relevância para integrar as atividades educativas à vida dessas populações. Ressalta-se que a relação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a população que reside em cidades patrimônio sempre foi muito difícil, pois os moradores sempre enxergaram o instituto como um órgão punitivo. Na medida em que diálogos e ações de educação patrimonial são criados e trabalhados com essas populações, essa distância entre instituto e morador vai diminuindo e meios para a valorização e salvaguarda do patrimônio são pensados em conjunto, com a participação da sociedade civil, institutos preservacionistas e poder público.

Na cidade de Ouro Preto, o programa “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania”², desenvolve, desde 2009, várias ações de Educação Patrimonial, como: “Roteiros sensoriais”, “Eu também sou patrimônio”, “Caracóis: nossas moradas”, “Tecendo memórias”; todos com o objetivo de levar a essas populações conceitos e práticas acerca do patrimônio da cidade, se tornando um forte canal de escuta e de diálogo, uma ferramenta importante de mobilização social. Pude constatar isso em 2019, quando fui bolsista do projeto de extensão “Diálogos Sobre o Patrimônio”³, do Curso de Conservação e Restauro, do Instituto Federal de Minas Gerais - campus Ouro Preto (IFMG). Em parceria com o IPHAN, trabalhamos no bairro Padre Faria, um dos bairros mais antigos da cidade, precursor na ocupação do território minerador no final do século XVIII, que possui uma cultura única, como: o grupo de bordadeiras, o grupo de congado e a escola de samba. Expressões que seguem sendo muito

¹ O termo “Educação Patrimonial” começou a ser utilizado em 1983, no âmbito do Museu Imperial, no “1º Seminário sobre o uso Educacional de Museus e Monumentos”, na cidade de Petrópolis-RJ, pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta. Foi somente a partir daí que o Iphan iniciou as reflexões e o uso dessa terminologia para se referir às ações realizadas pelo Instituto. Entretanto, ao longo deste trabalho usarei “educação patrimonial” para me referir às ações educativas que foram realizadas antes de 1983.

² O programa “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania” é uma parceria entre o IPHAN e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Por meio dele, as instituições desenvolvem e utilizam de várias ferramentas como, teatro, música, jogos e recursos audiovisuais, para trabalhar patrimônio, memória e identidade.

³ O projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio” propôs estabelecer canais de conversa em comunidades que estão à margem do sítio patrimonializado da cidade de Ouro Preto.

bem cuidadas pelos moradores. Contudo, o bairro é afastado da área central da cidade, além de ter significativas desigualdades sociais. Por esse distanciamento, os moradores pouco se sentem pertencentes à cidade patrimônio. Ouvir e viabilizar as vozes da população para entender a relação afetiva deles com esses bens, foi o objetivo principal do projeto.

Em uma das ações, trabalhamos com crianças do quinto ano do ensino fundamental, da Escola Estadual Desembargador Horácio Andrade, que está inserida no referido bairro e, ao construir o mapa afetivo, uma das ferramentas utilizadas pelo instituto para trabalhar educação patrimonial, constatamos que as crianças tinham afeto enorme pelo bairro, mas não associavam como seu patrimônio. O processo de descoberta, em que os alunos entenderam que a sua escola, o campinho e a própria igreja do bairro também eram patrimônio; foi incrível. Desde o início, o projeto se propôs a abrir um canal de conversa com a população, ouvindo e entendendo suas demandas e visões, pois:

A educação patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade (FLORÊNCIO, 2015, p. 24).

Muitos programas são criados e trabalhados pelo IPHAN na cidade de Ouro Preto, no entanto, materiais que analisam essas ações são escassos, principalmente no que se refere a sua prática e impacto ao público alvo. Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar algumas ações de educação patrimonial promovidas pelo IPHAN, com foco na cidade de Ouro Preto- MG. Para tanto, foi feita uma revisão bibliográfica sobre a criação do Instituto e suas primeiras ações de educação patrimonial, produzindo, assim, um relato sobre o tema; seguida de uma pesquisa exploratória nas bibliografias disponíveis, visando entender como se deram as primeiras ações de educação patrimonial na cidade. Por fim, analisar alguns programas e as ferramentas utilizadas pela Casa do Patrimônio de Ouro Preto, seguido de um estudo de caso, buscando entender quais foram os avanços e os desafios no decorrer dos anos.

2 POLÍTICAS PATRIMONIAIS E A CRIAÇÃO DO IPHAN

Françoise Choay (2001), em seu livro “A alegoria do patrimônio”, nos explica que os primeiros pensamentos sobre a preservação do patrimônio histórico surgiram na fase do Quattrocento, na Itália, onde “o interesse pelos vestígios do passado enquanto tais concentra-se apenas nos edifícios e obras da antiguidade, com a exclusão de todas as outras épocas” (CHOAY, 2001, p. 44). Quando os conceitos sobre preservação do patrimônio começaram a ser pensados na Europa, as ações de salvaguarda se concentraram em bens arquitetônicos que possuíam algum valor histórico.

A “Inspetoria Geral dos Monumentos Históricos” foi criada na França, em 1830, tendo como objetivo inventariar, classificar (isto é, proteger legalmente) e restaurar os monumentos detentores de valores históricos e arquitetônicos. A primeira lista de monumentos históricos protegidos pela comissão, publicada em 1840, era formada por 1.082 bens, sendo a maioria (934 bens, ou seja, 86% do total) composta por edificações antigas e medievais, especialmente aquelas religiosas (ANDRADE, 2020, p. 39).

Os ideais de que os bens deveriam ter valor excepcional e serem lembrados por algum fato histórico para serem considerados patrimônio, lançados pelo continente europeu, repercutiram também nas políticas preservacionistas do Brasil. Em meados dos anos 1920, começaram a emergir debates em torno da política patrimonial e, em 1922, na Semana de Arte Moderna, ocorrida na cidade de São Paulo, diversos artistas começaram a pensar na criação de um órgão exclusivo para a salvaguarda do patrimônio brasileiro. No ano de 1936, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública, convidou Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, para criar um anteprojeto que organizaria o serviço do patrimônio.

Atendendo à solicitação de Gustavo Capanema, então ministro da Educação, Mário de Andrade, romancista, poeta, pesquisador, àquela altura diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e principal nome da ala paulista do movimento literário modernista, redige, em 1936, documento com vistas à “organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional” (IPHAN, 2014, p. 5).

Nesse período, Mário de Andrade já se mostrava preocupado em criar programas de alfabetização cultural para que os bens não fossem destruídos. Para ele:

Não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade nova que adquiriu. Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização. Não disseminado organismos outros que salientem no povo o valor e a glória do que se defendeu, tudo será letra morta,

gozo sentimental e egoístico de uma elite. E a defesa jamais será permanentemente eficaz (DUARTE, 1977⁴ *apud* BIONDO, 2016).

Além de propor uma alfabetização cultural no anteprojeto, Mário de Andrade instruiu que o serviço de patrimônio também deveria determinar e organizar o tombamento, sugerir a defesa e conservação dos bens tombados, determinar a conservação e restauração, sugerir aquisição e fazer os serviços de publicidade necessários para a propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional.⁵

O anteprojeto delimitou as obras de arte em oito categorias: “a arqueológica, a ameríndia, popular, a histórica, a erudita nacional, a erudita estrangeira, as aplicadas nacionais e as aplicadas estrangeiras” (CALABRE, 2017, p. 35). As obras que se encaixam em alguma dessas categorias deveriam ser inscritas em um dos quatro livros do tomo: o livro do tomo das Belas Artes, o livro do tomo Histórico, o livro do tomo das Artes Aplicadas ou o livro do tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Ele propôs também a criação de museus para expor essas obras, que também serviriam para a realização de ações educativas.

Utilizando de algumas bases dos ideais traçados por Mário de Andrade, em 1937, o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei nº378, criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ele “tinha a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BOGÉA, 2017, p. 7), ou seja, proteger os monumentos de pedra e cal, o patrimônio arquitetônico, como podemos observar no Decreto - Lei nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano:

Art. 1º Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937).

⁴ DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Hucitec, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

⁵O documento pode ser encontrado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 30, de 2002.

Nesse período, o tombamento foi um instrumento bastante polêmico, visto que, “nos primeiros anos foram forjadas as rotinas do serviço, consolidando um perfil de ação institucional que privilegiava o olhar do arquiteto a determinar o que seria patrimônio nacional” (CHUVA, 2020, p. 91). Ouro Preto foi a primeira cidade a ser tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. “Entre 1937 e 1967, tombou 26 conjuntos urbanos, com destaque, nos primeiros anos para as chamadas cidades históricas mineiras” (ANDRADE, 2020, p. 40). Por sua vez, os municípios pouco interviam ou opinavam nas decisões do instituto, como explica Márcia Sant’Anna:

Estados e municípios mantinham uma posição passiva, uma vez que toda a responsabilidade pela seleção e salvaguarda do patrimônio cabia unicamente à União, por intermédio do SPHAN. Cabia também a este organismo a gestão da preservação do patrimônio, exercida por meio do estabelecimento de regras para a restauração e conservação dos bens protegidos, e pela fiscalização constante das ações particulares e municipais (SANT’ANNA, 2017, p. 28).

Por esse caráter impositivo, que na maioria das vezes não levou em consideração a opinião de gestores e moradores dos núcleos tombados, até os dias de hoje muitas pessoas ainda têm a visão de que o tombamento é ruim e um atraso para a vida e as cidades, justamente pela forma como essas políticas foram implantadas no passado.

No ano de 1939, foi realizado um balanço da atuação do serviço, desde sua criação até aquele ano. “O SPHAN registrava que em todo o país haviam sido efetivamente tombados 261 monumentos, seis logradouros e nove conjuntos arquitetônicos e urbanísticos” (FONSECA, 2005⁶ *apud* CALABRE, 2017). Um número expressivo de tombamentos, se levarmos em consideração que o serviço ainda era recém-criado.

Em 1946, o SPHAN teve o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Rodrigo Melo Franco de Andrade dirigiu o órgão até o ano de 1967 e, nesse período, conhecido como “fase heróica”⁷, contou com a colaboração de diversos profissionais e intelectuais que produziram estudos importantes para a continuidade do serviço. Rodrigo, assim como Mário, também pensava que a alfabetização cultural era o meio para proteger os bens patrimoniais. Em um discurso, no ano de 1961, ele ressaltou:

⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Minc/Iphan, 2005.

⁷ Primeira fase do IPHAN em que foi necessário estabelecer uma série de medidas para a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Em verdade só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e da história do país: é a educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, inculcá-los a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO, 1987⁸ *apud* Oliveira, 2011).

No ano de 1967, Rodrigo Melo Franco de Andrade convidou o arquiteto, Renato de Azevedo Duarte Soeiro para dirigir o departamento. Este, era um profissional que já tinha experiência na área do patrimônio, como explica Paulo Ormino de Azevedo:

A preparação de Renato Soeiro para assumir o cargo incluiu sua promoção, em 1946, à chefia da Divisão de Conservação e Restauração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, DPHAN, em que havia sido transformado o Sphan, naquele ano, no mesmo nível de Lucio Costa. Durante 21 anos ele foi o braço direito de Rodrigo Melo Franco de Andrade (AZEVEDO, 2017, p. 45).

Soeiro se deparou com o país em um crescente período de urbanização e industrialização, bem diferente daquele encontrado por seu antecessor, Rodrigo. Gerir os bens tombados nessa mudança e, em meio ao ápice da ditadura militar, foi seu maior desafio. Em um governo ditador, a cultura é um dos segmentos que mais sofre repressão e censura, mas “o governo militar, nacionalista, tendia a favorecer o patrimônio como fator de unidade nacional, como o fizera Vargas” (AZEVEDO, 2017, p. 46). O principal objetivo de Soeiro era integrar o patrimônio ao processo de desenvolvimento do governo.

No ano de 1968, ele elaborou um plano para seguir durante seu mandato, tendo como principal foco a reestruturação administrativa e financeira do instituto, além de propor “uma ampla campanha de conscientização cidadã do que representava o patrimônio como valor cultural, de identidade e como gerador de riqueza” (AZEVEDO, 2017, p. 47), mostrando, mais uma vez, que ações educativas também eram importantes para a salvaguarda dos bens tombados. Soeiro encontrou muitas dificuldades em seu mandato, mas a falta de verbas para manter o órgão em pleno funcionamento foi um dos seus maiores obstáculos.

Soeiro aponta, além das dificuldades conceituais, a insensibilidade da burocracia do MEC para com a cultura, totalmente absorvida pelas questões educacionais, e a falta de recursos para cumprir sua missão. Mas, mesmo assim, elabora e publica, em 1973, o Programa de Ação Cultural – PAC, no qual demonstra igual preocupação com a cultura do passado e do presente, do patrimônio material e imaterial e com o fomento da produção cultural (AZEVEDO, 2017, p. 53).

⁸ MINISTÉRIO DA CULTURA, Fundação Nacional Pró-Memória. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

Novamente podemos perceber a preocupação de Soeiro em tratar questões culturais em consonância com a educação. Em 1970, o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em umas das ações mais importantes da gestão de Soeiro e visando criar um programa de preservação integrado a um plano de desenvolvimento urbano, ele, juntamente com membros do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Paraná (Seplan-PR), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Agência Brasileira de Promoção do Turismo (Embratur); auxiliaram na criação do Programa das Cidades Históricas (PCH), que tinha como objetivo o desenvolvimento da região Nordeste.

A primeira reunião do grupo foi realizada na representação da Seplan-PR no Recife, em janeiro de 1973, e ali ficaria sediado o PCH. Os recursos eram provenientes do fundo Plano de Ações Integradas da Seplan-PR, que financiava 80% dos projetos apresentados por estados e municípios, e estes bancavam os 20% restantes. Os projetos deviam ser previamente aprovados pelo Iphan. Com esse programa milionário, o protagonismo da preservação do patrimônio se deslocou do Rio para o Recife (AZEVEDO, 2017, p. 55).

Nos anos seguintes, o PCH foi estendido a outras regiões, como: Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Crises financeiras pelas quais passava o país e a mudança das políticas culturais foram enfraquecendo o programa no início dos anos 1980. Entretanto, ele foi um sucesso e muito importante para o desenvolvimento dessas regiões, pois:

Entre 1973 e 1979, foram financiados 193 projetos de restauração de monumentos, além das intervenções em dez conjuntos urbanos, da realização de quinze planos diretores de preservação de cidades históricas, onze cursos e seminários de formação de mão de obra de níveis médio e superior e oito projetos de inventário e pesquisa (SANT'ANNA, 2015⁹ *apud* AZEVEDO, 2017).

Já na década de 1970, o designer gráfico, Aloísio de Magalhães, assumiu a presidência do Iphan e, com isso, "se inaugura uma segunda fase das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no país, conhecida como fase moderna" (ANASTASSAKIS, 2017, p. 65). Antes mesmo de assumir o cargo de diretor do instituto, Aloísio criou, junto a profissionais de diversas áreas, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, "através de convênio da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e o Ministério da Indústria e Comércio, como um programa paralelo e alternativo ao Iphan" (AZEVEDO, 2017, p. 56), fato que o levou a ser o mais indicado a dar continuidade aos trabalhos dentro do órgão, pois o CNRC foi de extrema importância para

⁹ SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à Cidade documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil. Salvador: Iphan/Oiti Editora, 2015.

uma mudança nas políticas culturais, no sentido de ampliação sobre o que é considerado patrimônio.

Com sua nomeação, se fundem ao Instituto o Programa das Cidades Históricas - PCH e o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC. Assim que assumiu a presidência do IPHAN, Aloisio propôs o desdobramento do Instituto em dois órgãos: a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória, buscando agilizar a funcionalidade dos serviços, “a Fundação Pró-Memória tinha as atribuições de definir a política do órgão, selecionar referências culturais e financiar o sistema. A Sphan tinha as funções duras da aplicação da lei: tomar, fiscalizar e embargar” (AZEVEDO, 2017, p. 58). Percebe-se que o órgão ainda seguia os mesmos princípios da sua época de fundação: tomar e fiscalizar os bens culturais. Como foco principal de sua gestão, Aloisio queria o patrimônio cultural nos processos de desenvolvimento do país.

Na tentativa de ampliação democrática do conceito de patrimônio, Aloisio propôs a absorção, dentro das políticas públicas de preservação, das manifestações culturais ligadas às matrizes africana e indígena, bem como a consideração das colocações das comunidades habitantes das cidades históricas contempladas por políticas de preservação. Assim, os órgãos de patrimônio assumiam a responsabilidade de intermediar os diálogos entre os agentes culturais e o governo (ANASTASSAKIS, 2017, p. 70).

Com o CNRC, fica evidente que Aloísio inseriu em suas políticas de preservação a ideia de que era a população que atribuía significado aos bens patrimonializados e que o sujeito era peça importante no processo de preservação, pois:

Propugnava a formulação de um sistema de coleta, processamento e divulgação de informações, com o intuito de subsidiar o planejamento de ações e a futura instalação de um sistema de referência básico, e de abrangência nacional, de informações referentes à cultura brasileira. Assim, buscavam-se formas de aproximação com o ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos na dinâmica da produção, da circulação e do consumo de bens culturais, reconhecendo-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber-fazer”, como também o destino de sua própria cultura (FLORÊNCIO, 2015, p. 7).

O Centro Nacional de Referência Cultural não era uma política voltada para a promoção de ações educativas, mas “as diretrizes teóricas e conceituais defendidas e o modus operandi adotado pelo CNRC favoreceram a instauração de parâmetros renovados para uma interlocução mais abrangente entre processos educacionais e preservação patrimonial” (FLORÊNCIO, 2015, p. 7).

Aloísio se diferencia dos seus antecessores na medida em que pensava “novas concepções de patrimônio e identidade nacional, menos vinculadas à noção de memória e

mais ligadas aos processos e dinâmicas dos saberes e fazeres populares” (ANASTASSAKIS, 2017, p. 76). Ele buscou, através da cultura, formas para o desenvolvimento econômico do país, visto que os núcleos já tombados anteriormente não poderiam se tornar centros fantasmas. Demonstrando preocupação com o destino dos bens e temendo pela não apropriação da população, destruição e abandono do patrimônio institucionalizado, ele criou o Projeto Interação que tinha como principal objetivo:

Desenvolver ações que garantissem e facilitassem a participação comunitária em processos educacionais; e a criação de Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico, artístico, urbanístico e paisagístico de Brasília, a fim de estudar, propor e adotar medidas para a preservação do patrimônio histórico-cultural da capital federal, indicam outras direções possíveis para as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. Como na imagem do bodoque, da tensão entre passado, presente e futuro é que a cultura passa a ser percebida, naquele momento, como base de lançamento para ações que apontassem outras direções. (ANASTASSAKIS, 2017, p. 76-77).

Mais uma vez, a integração do patrimônio cultural na vida das populações residentes nessas áreas foi tratada, deixando claro que os processos educacionais e a participação das comunidades eram importantes e necessários. Aloísio faleceu no ano de 1982, em um momento em que o Brasil passava por importantes mudanças no setor cultural e no âmbito político, pois “dava-se mais um importante passo para a retomada plena dos direitos civis, com a volta, depois de suspensas por quase vinte anos, das eleições diretas para os governos dos estados e as prefeituras das capitais” (CHUVA, 2017, p. 79). Os programas que ele comandava também sentiram o impacto de sua morte.

Apesar de, em tese, ser mantida a sua proposta, perde-se o fôlego do trabalho inovador, pois não houve sucessores que tratassem as questões com tanto ímpeto quanto ele. Os técnicos continuaram a trabalhar da forma como o faziam antes da fusão das instituições, ou seja, com diferenças conceituais e práticas significativas. Os dois órgãos, que deveriam atuar de forma integrada, não o fizeram sistematicamente. Ou seja, o projeto proposto por Magalhães não foi integral e devidamente implementado. Toda a área cultural ficou em uma espécie de limbo até 1994 (OLIVEIRA, 2011, p. 24).

Todavia, os anos 1980 foram marcados por importantes mudanças na área de preservação dos bens culturais e na política brasileira, como explica Márcia Chuva:

Os anos 1980 foram de luta, de mudanças e, principalmente, de esperança no Brasil e também no Iphan. Nesse contexto, transformou-se o perfil dos quadros da instituição, com profissionais de áreas diversificadas, como sociólogos e educadores do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, arquitetos e economistas do Programa das Cidades Históricas – PCH e historiadores e arquitetos contratados pela Fundação Nacional Pró-memória (CHUVA, 2017, p. 82).

Nesse contexto, a ideia de que o bem precisaria possuir caráter excepcional para ser patrimonializado começa a se desfazer e o pensamento de que eles precisam fazer parte da vida cotidiana da população ganha mais força. Na Constituição Federal de 1988, o conceito de patrimônio se expandiu e novas formas foram incluídas nas ações de proteção, como podemos observar no artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

O artigo 216 destaca que “o poder público, com a colaboração da comunidade, deverá proteger o patrimônio cultural brasileiro”, fato que tira a população da posição de espectadora e a coloca como parte integrante e importante frente às ações de salvaguarda do patrimônio brasileiro. O que antes cabia somente ao Estado, agora também é de responsabilidade dos diversos grupos formadores da sociedade. A Constituição Federal de 1988 também “possibilitou a inserção de categorias antes não atendidas, bem como cingir culturas locais até então marginalizadas pelas políticas públicas de patrimonialização” (CAMPOS, 2020, p. 43).

Em 04 de agosto de 2000, por meio do Decreto Lei Nº 3.551, instituiu-se o Registro, um instrumento para preservar os bens imateriais do país. Os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares ganharam uma proteção própria.

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000).

Preservar modos de fazer, saber e celebrar, que muitas vezes são únicos e peculiares de um grupo, é muito importante para a manutenção da nossa cultura, tendo em vista que:

Esse patrimônio é transmitido de geração em geração e recriado por comunidades e grupos em função de sua interação com a natureza e de sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito da diversidade cultural e pela criatividade humana (PELEGRINI, 2020, p. 71).

Percebe-se que as definições sobre o que é considerado patrimônio evoluíram ao longo dos anos de atuação do IPHAN e, a partir desta ampliação, as pessoas passaram a ser consideradas detentoras das referências dos bens culturais, sendo imprescindíveis para a manutenção do patrimônio. Nesse sentido, as ações de educação patrimonial contribuem para a preservação, promoção, valorização, fruição e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN

Desde a elaboração do anteprojeto para a criação do IPHAN, ações educativas para a proteção do patrimônio cultural são discutidas. Mário de Andrade, por exemplo, propunha a criação de museus que funcionassem como agências educativas para instruir a população sobre a importância de se preservar os bens culturais. Quando Aloísio de Magalhães iniciou os trabalhos no órgão, no final da década de 1970, trouxe consigo os ideais do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), que havia sido criado antes mesmo de assumir a direção do IPHAN. Ele buscava meios para criar caminhos de diálogos com a população residente em cidades tombadas.

Quando assumiu a direção do Iphan em 1979, uma das primeiras iniciativas de Aloísio Magalhães foi instaurar a prática de consulta às comunidades das cidades históricas. Foram realizados seminários em Ouro Preto, Cachoeira, Diamantina, São Luís, etc. Embora se possa questionar a representatividade dos que falavam em nome dessas comunidades [...] esse tipo de iniciativa pelo menos trazia para a esfera pública dessas cidades a questão da preservação do seu patrimônio cultural (FONSECA, 1996¹⁰ *apud* BIONDO, 2016).

Somente na década de 1980, o assunto começa a ser tratado com mais ênfase e, em 1981, o Projeto Interação, criado pela Fundação Nacional Pró Memória¹¹, seria apresentado em seminário com representantes de todos os órgãos ligados à então Secretaria da Cultura do MEC, na cidade de Brasília, trazendo um caráter inovador em sua proposta: incluir ações de educação patrimonial na vida das comunidades, integrando-os ao dia a dia das pessoas, como explica Sônia Florêncio:

O Projeto Interação quis associar a prática escolar rotineira e concreta da educação básica à realidade não menos rotineira e concreta de cada contexto cultural, tal como ele existe e se reproduz, para tornar essa realidade mais acentuada e, criticamente, um instrumento de sua própria transformação, em cada uma de suas comunidades sociais de realização (FLORÊNCIO, 2015, p. 22).

Fica claro que o objetivo do projeto era garantir que a população falasse de suas próprias referências e das suas vivências, evidenciando a diversidade cultural do país. O projeto se inseriu na vida dos alunos, comunidades e professores, ao integrá-los em cada fase dos processos educativos. Segundo o documento “Diretrizes para operacionalização da

¹⁰ FONSECA, Cecília Londres. **Da modernização à participação**: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, nº 24, 1996.

¹¹ A Fundação Nacional Pró-Memória foi criada, em 1979, por Aloísio Magalhães a partir do Centro Nacional de Referências Culturais, tendo absorvido o antigo Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, com essa nomenclatura, até 1990, centralizou a política federal de patrimônio cultural (FLORÊNCIO, 2015, p. 21).

política cultural do MEC”, a linha programática 3 - “Interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país”, tinha como objetivo:

Proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local (BRANDÃO, 1996¹² *apud* IPHAN, 2014, p. 8).

Trazendo em suas ações os mesmos ideais do CNRC de valorizar a cultura de cada região do Brasil e entender que a participação comunitária é importante para o êxito do programa, sempre acompanhando as ações que eram desenvolvidas com a população e articulando-as a outros grupos da sociedade, “o Projeto Interação consistiu num exemplo concreto e, em larga medida, precursor dos atuais paradigmas de gestão pública que caracterizam as articulações entre Estado e sociedade civil” (IPHAN, 2014, p. 11).

Aloísio trouxe importantes contribuições para o campo patrimonial, principalmente, por defender e valorizar os modos de saber, fazer e outras expressões importantes para formação cultural do país e não somente preservar os monumentos de “pedra e cal”, como defendia Rodrigo Melo Franco de Andrade. Como mencionado anteriormente, Aloísio faleceu em 1982 e, apesar da importância que o Projeto Interação havia demonstrado, “com a separação dos ministérios e criação do Ministério da Cultura em 1985, o Interação não foi assumido como política pública e deixou de existir” (BIONDI, 2016, p. 42).

Na década de 1980, especificamente no ano de 1983, o termo “educação patrimonial” foi introduzido no Brasil, no âmbito do Museu Imperial, no Rio de Janeiro, pela então diretora e museóloga, Maria de Lourdes Pereira Horta, como metodologia inspirada no modelo de educação desenvolvido na Inglaterra, chamado Heritage Education; com a utilização de museus e de monumentos históricos para fins educacionais. Como fruto desse evento, em 1999, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o “Guia Básico de Educação Patrimonial”, o primeiro material exclusivo e totalmente dedicado ao tema. Usado amplamente pelo IPHAN, o documento destacava a importância de trabalhar com crianças e jovens a preservação dos bens culturais do país. As autoras afirmavam que o processo devia se dar de forma permanente e sistemática para que fosse feito de forma efetiva.

¹² BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura, Educação e Interação**: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.] O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Além de orientar para a preservação do patrimônio, o Guia ressalta que essas ações agregam de forma positiva para o desenvolvimento dos sujeitos, seja de forma individual ou coletiva. Entretanto, eles tratam a Educação Patrimonial como uma forma de alfabetização cultural, como podemos ver no trecho a seguir:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Seguindo essa ótica, a alfabetização cultural seria uma forma de educar a população sobre a importância de preservar os bens, considerando que só os profissionais da área tivessem conhecimentos suficientes sobre o assunto, ignorando todas as referências culturais que a população possui.

Ao afirmar que é necessário alfabetizar o outro culturalmente, não reconhecemos o outro como produtor e protagonista de sua própria cultura e colocamos uma cultura (a minha) como superior à outra (a do outro). Não se considera, desta forma, o conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma construção coletiva e dialógica (TOLENTINO, 2016, p. 40- 41).

Uma educação totalmente instrutiva e equivocada, pois, “ninguém educa ninguém, os homens se educam uns aos outros, mediados pela cultura” (FREIRE, 1987, p. 39). Todavia, enfatiza a importância de reconhecer todas as expressões culturais e a diversidade que existe nas diferentes regiões do país, como podemos observar com trecho abaixo:

Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural. Este conceito nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas mais importantes do que outras. O Brasil é um país pluricultural que deve esta característica ao conjunto de etnias que o formaram e à extensão do seu território. Estas diversidades culturais regionais, contribuem para a formação da identidade do cidadão brasileiro, incorporando-se ao processo de formação do indivíduo, permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 5).

Sua metodologia é dividida em quatro etapas, sendo elas: observação, registro, exploração e apropriação, conforme descrito na tabela organizada pelos autores:

Tabela 1 – Metodologia para ser seguida nas ações de Educação Patrimonial

Etapas	Recursos/ Atividades	Objetivos
1) <u>Observação</u>	exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive ...	<ul style="list-style-type: none"> ● identificação do objeto/função/significado; ● desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) <u>Registro</u>	desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas ...	<ul style="list-style-type: none"> ● fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; ● desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional
3) <u>Exploração</u>	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> ● desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) <u>Apropriação</u>	recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	<ul style="list-style-type: none"> ● envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Guia Básico de Educação Patrimonial.

Várias sugestões para o desenvolvimento das ações são apontadas, como o uso de jogos, visitas aos centros patrimonializados, desenhos, fotografias antigas e atuais para comparação. Exemplos práticos de atividades também estão no Guia, a exemplo dos:

- Mapas Mentais: consiste em desenhar o caminho da casa dos alunos até a escola, referenciando as principais edificações e pontos que encontram durante o trajeto;
- Exercícios de Comparação: idealizado para ajudar os alunos na compreensão de estilos, formas, funções, características, tipologias e épocas diferentes de construção das edificações, usando fotos de revistas e jornais;
- Jogos de Simulação: os alunos teriam que simular como usariam um recurso advindo de doação para uma obra de restauro de alguma edificação, tendo que explicar a forma como usariam o dinheiro e o porquê da escolha.

Essas dinâmicas tinham como objetivo estimular a curiosidade dos participantes, e algumas de suas ideias seguem servindo de referência para as ações desenvolvidas pelo IPHAN até os dias de hoje. Logo, o Guia foi importante para a década de 90 e segue sendo base para novas ações. Ele também trouxe orientações para que a educação patrimonial fosse trabalhada em cada disciplina do currículo escolar, demonstrando que o tema é multidisciplinar e que a metodologia pode ser utilizada em todas as áreas. Destacou-se também que o método pode ser aplicado a todos os bens, conforme apontado a seguir:

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

O Guia foi o responsável por disseminar o termo “educação patrimonial”, a nível nacional, além de ser prático e apresentar várias opções de dinâmicas para trabalhar com educação patrimonial nas escolas, como vimos. Todavia, ele não se estende a outros públicos que estão fora do âmbito escolar e nem traz orientações sobre possíveis ações em outros espaços. Sobretudo, deve-se entender que ele foi desenvolvido dentro das possibilidades e informações que os autores tinham até o momento, bem como não podemos desconsiderar que ele foi importante durante o período que foi utilizado, pois:

O Guia teve uma importância como marco da necessidade de afirmação de uma área nova dentro da tutela patrimonial e contribuiu fundamentalmente por sistematizar questões que estavam dispersas, tornando-se, assim, uma obra de referência no país.

Mas qualquer conhecimento deve ser entendido como historicamente datado, como produto de um momento e das reflexões que foram possíveis naquele momento. As práticas de Educação Patrimonial pedem, há muito tempo, que se avance em relação àquelas proposições (SCIFONI, 2012, p. 31-32).

Observando a necessidade de se ter um controle sobre o desenvolvimento das ações de educação patrimonial, em 2004, foi criada a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC), primeira instância do IPHAN voltada especificamente para a área, ligada à Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural (COGEPROM). Com o objetivo principal de projetar as ações de educação patrimonial, o COGEPROM tinha como meta lançar discussões sobre o tema e, no ano de 2005, foi realizado o “I Encontro Nacional de Educação Patrimonial” (I ENEP), em São Cristóvão/SE, com o propósito de discutir os parâmetros para o desenvolvimento de ações de educação patrimonial realizadas nas escolas, nos museus e na sociedade. O encontro contou com a participação dos mais diversos profissionais de todas as regiões do Brasil, com debates sobre as ações que estavam sendo desenvolvidas, com vistas a elaboração de diretrizes para a área, intercâmbio com o MEC, capacitação dos professores e propostas de formas para trabalhar com EP.

No ano de 2009, por meio do Decreto 6.844, é criada a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC), vinculada ao Departamento de Articulação e Fomento – DAF. Ela deu continuidade aos trabalhos que se iniciaram no GEDUC e COGEPROM e tinha como ideal:

Fortalecer, na área central do órgão, uma instância dedicada à promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural. Ao sistematizar diretrizes e eixos norteadores fundamentais, procurou ampliar suas formas de atuação abarcando, de um lado, a noção ampliada de Patrimônio Cultural (presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e nos parâmetros da área de Patrimônio Imaterial, criada por decreto no ano de 2000) e, de outro, os novos modelos de gestão pública que privilegiam a construção coletiva e intersetorial das ações do Estado (IPHAN, 2014, p. 14).

A CEDUC promoveu diversos eventos sobre educação patrimonial, buscando a elaboração de parâmetros, diretrizes e parcerias para a promoção das ações. Segundo Biondo (2016), os eventos organizados ao longo dos anos foram: “I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio”, em 2009; “II Encontro Nacional de Educação Patrimonial”, em 2011; “Encontro ProExt – Extensão Universitária na Preservação do Patrimônio Cultural sobre Práticas e Reflexões”, em 2013; “Seminário de 33 anos do Projeto Interação”, em 2014, e, por fim, o “Seminário de Educação Patrimonial na Arqueologia”, em julho de 2015.

Durante o ano de 2007, o IPHAN debateu formas para integrar espaços para a realização de ações educativas, visando a valorização do patrimônio cultural em conjunto com a sociedade civil e com o poder público. Em 2008, como fruto dessas discussões, foi criada as Casas do Patrimônio, apresentadas na Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, ocorrida em Pirenópolis (GO). Elas “se fundam na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento, de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre o órgão, a sociedade civil e os poderes públicos locais” (IPHAN, 2014, p. 36). Percebe-se uma nova proposta: criar diálogos entre a população detentora do patrimônio, os órgãos preservacionistas e o poder público.

A Carta de Nova Olinda (2009), fruto do “I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio”, é o documento que oficializa as Casas do Patrimônio e estabelece as diretrizes para o seu funcionamento. Representantes do Centro de Referência do Samba de Roda em Santo Amaro, Bahia; Casa da Baronesa, Ouro Preto, Minas Gerais; Casa do Patrimônio de Iguape, São Paulo, Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ceará; Casa do Patrimônio de João Pessoa, Paraíba, Casa do Patrimônio de Recife, Pernambuco, que haviam sido implantadas no ano de 2009, participaram do encontro. Segundo os conceitos da Carta:

A casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural (IPHAN, 2009, p. 9).

Elas apresentam-se como uma proposta que busca utilizar os espaços formais e não formais, como as escolas, agentes culturais e instituições, ampliando os meios de diálogo com a população, pois:

Partindo da ideia de que o patrimônio é um eixo de desenvolvimento local sustentável, capaz de gerar renda e oportunidades econômicas para a população, a proposta pretende, de um lado, dialogar com as atividades e rotinas administrativas da instituição e, de outro, promover ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e da sociedade civil. Para tanto, as Casas do Patrimônio devem atuar de maneira articulada com outros setores governamentais, especialmente nas áreas de educação, cultura, cidades, justiça, turismo e meio ambiente (IPHAN, 2014, p. 37).

Os objetivos das Casas de Patrimônio, são:

Articular coletivamente as representações do IPHAN nas unidades da federação, as instituições da sociedade civil e os poderes públicos municipais e estaduais, instaurando espaços de debate e reflexão sobre o Patrimônio Cultural;

Difundir informações sobre a ação institucional do IPHAN de forma acessível ao público;
 Estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais;
 Promover oficinas para estudantes, educadores da rede pública municipal e estadual centradas na interface Patrimônio e Educação, com a finalidade de que venham a atuar como multiplicadores desse novo enfoque;
 Garantir práticas educativas multi/transdisciplinares, com abordagens transversais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ministério da Educação;
 Promover a valorização das comunidades, bem como contribuir para sua inserção técnica, tecnológica e digital, por meio de oficinas educativas que utilizem ferramentas de audiovisual, por exemplo;
 Identificar agentes locais responsáveis por ações educativas; > Buscar temas geradores significativos para a valorização do Patrimônio Cultural das diferentes comunidades;
 Valorizar ações educativas que promovam a interface entre as diferentes áreas e dimensões do Patrimônio Cultural;
 Garantir um espaço de trocas de experiências envolvendo iniciativas de Educação Patrimonial (IPHAN, 2014, p. 37).

O IPHAN reforça que a participação da população é de suma importância para o desenvolvimento das ações, além de valorizar o saber fazer de cada local e as particularidades de cada grupo. Isso é um fato muito pertinente, pois cada comunidade é única e o patrimônio não é homogêneo. Respeitar, valorizar, promover a diversidade e reconhecer o que cada grupo tem de referência cultural e carrega em sua memória, é prioridade das Casas de Patrimônio. Nesse momento, as pessoas saem do papel de receptores de informação e passam a ser vistas como detentoras das referências. Cada cidade ganha autonomia para trabalhar de acordo com a sua realidade, visto que,

Não há um programa de atividades e de estrutura padronizados. Cada caso exigirá um arranjo próprio em função das características do local e de seus equipamentos, da existência e capacitação dos profissionais, do nível de interação com o poder público e demais agentes sociais. A adequação da proposta às singularidades de cada cidade ou região é vital para o seu êxito. É importante centrar o foco em parcerias com grupos, organizações e projetos locais de ações educativas (IPHAN, 2014, p. 37).

O objetivo é que todas as unidades do Instituto se tornem Casas do Patrimônio, articuladas com a sociedade civil e outras instituições, para não perder o caráter dialógico, valorizando a cultura de cada região.

No ano de 2011, foi realizado o II Encontro Nacional de Educação Patrimonial, na cidade de Ouro Preto- MG. Entre os dias 17 a 21 de junho, dentro da programação do Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana¹³, o evento contou com três mesas de debates e quatro

¹³ O Festival de Inverno acontece anualmente nas cidades de Ouro Preto e Mariana, ruas, praças e prédios históricos, entre outros espaços, são tomados por artistas, grupos e instituições com diversas intervenções e trabalhos. Estabelecendo uma relação entre a comunidade acadêmica, profissionais e a população.

grupos de trabalho que discutiram estratégias para a implantação de uma Política Nacional de Educação Patrimonial. O encontro teve a participação do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Políticas Culturais; do Ministério da Educação, por meio do programa Mais Educação; e de 230 inscrites da sociedade civil. O volume de participantes da sociedade civil mostra o avanço nas discussões sobre o tema que já não era mais restrito a técnicos da área, mas aberto a toda a população.

A primeira mesa discutiu as ações que foram desenvolvidas pelo Instituto desde 2004, deixando evidente a vontade de aderir a uma política nacional que articule as políticas governamentais e a sociedade, destacando as dificuldades em implantar as políticas de educação em consonância com a cultura. Em sua fala, Leandro Fialho, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, salientou:

Apesar das novas diretrizes do MEC para a educação escolar basearem-se na ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas, e do conseqüente reconhecimento das cidades como territórios educativos e educadores, não havia, ao menos até aquele momento, aproximação efetiva entre as duas esferas de atuação para o fomento às ações de educação patrimonial – ainda muito circunscritas a iniciativas pessoais e bastante dispersas entre si (PEREIRA, 2011, p. 1).

As falas seguiram e foram expostos os percalços e caminhos da Educação Patrimonial no país, bem como as ações realizadas até o momento. As principais queixas se referiam à falta de apoio, descontinuidade das ações e falta de capacitação dos profissionais, deixando claro que havia um longo caminho a ser percorrido. Após a finalização dos debates, foi elaborado um texto base para uma política nacional no âmbito da educação patrimonial merecem destaque algumas diretrizes lançadas pelos grupos de trabalho, sendo¹⁴:

- Diretriz 1: Criar mecanismos que permitam a discussão e o aprofundamento dos referenciais teórico-metodológicos, bem como a sistematização e a difusão da produção bibliográfica e da diversidade de experiências e inovações na área, considerando a troca entre os diferentes campos do conhecimento tradicional e acadêmico, em sua interdisciplinaridade.
- Diretriz 2: Fomentar e promover programas e projetos de formação interdisciplinar em diferentes espaços de educação formal e informal.
- Diretriz 3: Promover uma atitude pró-ativa de caráter dialógico entre a comunidade escolar e as instituições que atuam na área, mediadas pelo patrimônio cultural.

¹⁴ O documento completo pode ser encontrado no seguinte link:
<https://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2011/08/documento-final-ii-enep-versao-16agosto20111.pdf>.

Esses debates são muito importantes e mostram os avanços ocorridos ao longo dos anos. Através do diálogo entre os diversos agentes do patrimônio, profissionais da área e a população, caminhos para uma participação inclusiva foram pensados.

Um marco das discussões foi o um novo conceito de educação patrimonial, lançado pelo CEDUD, com a publicação “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processo”, de 2014. Como destaca Biondo (2016, p. 55), “esta nova publicação seria a consolidação das diretrizes da Educação Patrimonial pelo discurso institucional, disponibilizando para a sociedade civil uma bibliografia diferenciada”. O novo conceito de EP dispõe que:

Constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio (IPHAN, 2014, p. 19).

Percebe-se que o conceito evoluiu e se difere daquele descrito no Guia de 1999. Nesse momento, a educação instrutiva é abandonada e a educação patrimonial, como uma ferramenta de caráter dialógico, ganha espaço.

Em 28 de abril de 2016, o IPHAN publicou a portaria nº 137/2016, que estabeleceu as políticas de educação patrimonial do Instituto e das Casas do Patrimônio. Em seu artigo terceiro, traz as seguintes diretrizes para a Educação Patrimonial:

- I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;
- II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;
- III - valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
- IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
- V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;
- VI - Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;
- VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;
- VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar (IPHAN, 2016).

As diretrizes ressaltam que o diálogo com os detentores dos bens culturais é imprescindível em todas as ações. Além de considerar toda a bagagem cultural dos grupos e aquilo que eles conceituam como patrimônio e suas referências, tendo em vista que, patrimônio não é somente aquele institucionalizado, mas aquele que está no dia a dia e na vida das pessoas. A portaria também ressaltou a importância das Casas de Patrimônio para as ações de educação patrimonial, como podemos observar no Art. 6º:

- I - Ampliar as possibilidades de diálogo entre o Iphan e a sociedade por meio da Educação Patrimonial;
- II - Ampliar a capilaridade das ações do Iphan e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural;
- III - estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais;
- IV - Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa, de modo a propiciar uma avaliação conjunta dos significados e alcances dessas iniciativas;
- V - Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico;
- VI - Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos produtores culturais, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais (IPHAN, 2016).

Mais uma vez, o diálogo tem destaque em todos os parágrafos do documento, mostrando a importância de criar canais entre as instituições de proteção e a sociedade civil. As Casas de Patrimônio vêm com essa intenção de estreitar esses laços e criar meios de mediação, para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural.

Vimos que no decorrer dos anos, a forma de pensar sobre essa temática mudou muito e, o que antes era tratado como metodologia de ensino, hoje é visto com uma ferramenta de mobilização social, que entende que o patrimônio está sujeito a novas leituras e significados, sendo parte indissociável da vida das pessoas e, sobretudo, é dinâmico e vivo. A educação patrimonial saiu do âmbito restrito dos museus e entrou nos espaços comuns da vida das comunidades, logo:

A Educação Patrimonial pode ser compreendida como um campo ampliado de atuação, que não se limita apenas às atividades de visitação nos museus ou em bens patrimoniais, incorporando, assim, outras ações educativas de caráter diversificado, principalmente aquelas de caráter participativo, que possam permitir a inserção da população local no desafio de pensar a proteção dos bens referenciais de sua memória coletiva (SCIFONI, 2012, p. 37).

A educação instrutiva, reprodutora de conhecimento e informação, não cabe mais na atualidade, mas sim a construção coletiva, que pode levar a novas reflexões na apropriação

do patrimônio, reconhecendo as particularidades e saberes de cada grupo social para, assim, construir meios e caminhos para a valorização, apropriação e salvaguarda dos bens culturais. Logo, “a educação patrimonial, nesse sentido, propicia a criação simbólica de esferas de sentido quando atrelada à realidade concreta e rotineira do dia a dia das pessoas, considerando seus modos de vida, suas práticas e seus saberes” (TOLENTINO; BRAGA, 2017, p. 8).

4- EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM OURO PRETO

Como dito no capítulo anterior, uma das primeiras ações de Aloísio de Magalhães ao assumir o cargo no IPHAN foi realizar seminários em diversas cidades históricas, como forma de consultas às comunidades. Um desses seminários foi realizado em Ouro Preto, em um período em que a cidade sofria as consequências das fortes chuvas, “com arruinamento de casas, obstrução de ruas e escorregamentos diversos, provocando grandes prejuízos materiais” (FERNANDES, 2014, p. 43). Segundo o “Boletim- IPHAN 3”, a primeira ação desse seminário foi a criação de um grupo de trabalho multi-institucional para atuar na região, visando criar um Centro Experimental de Cultura e Educação, uma parceria entre Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), o Programa de Cidades Históricas (PCH), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Escola Técnica Federal. Além disso, após três dias de debates, foi criada uma assessoria permanente para solucionar os problemas causados pelas chuvas, ficando decidido que:

Essa assessoria, irá atuar junto a prefeitura, e junto a população de uma maneira geral, visando evitar a ocorrência de acidentes geológicos. Também a questão do trânsito em Ouro Preto terá uma solução global, através da ação integrada de órgãos municipais, estaduais e federais. Ainda como uma consequência do convênio com a Universidade e a Escola Técnica, está sendo feita a reativação do Jardim Botânico de Ouro Preto, o que permitirá o florestamento e o reflorestamento da área do município (BOLETIM- SPHAN nº 3, 1979, p. 3).

Segundo Simone Fernandes, os resultados desse seminário surgiram nove meses após a sua realização com:

A oportunidade concreta que a população de Ouro Preto teve de revelar seus anseios e fazer-se presente na discussão das soluções propostas para a cidade e a mobilização de recursos técnicos e financeiros para a sua recuperação física, seriamente abalada pelas chuvas (FERNANDES, 2014, p. 50).

Os trabalhos seguiram e dentro do convênio firmado entre IPHAN, PMOP e UFOP, nomeado como “Projeto Ouro Preto”; também ficou decidido sobre a elaboração de atividades de animação cultural. Segundo dados do Boletim - SPHAN nº 8, para que o projeto fosse concretizado, foi criado o Programa Cultural, dirigido pelo professor Luiz Felipe Perret Serpa¹⁵, em que tínhamos traçadas as seguintes metas:

A elaboração e implantação de projetos de caráter multi-institucional nas diversas área da cultura, envolvendo as atividades das comunidades regionais; o assessoramento ao grupo de trabalho do programa especial de emergência de preservação e recuperação da cidade de Ouro Preto em que envolvam trabalhos com

¹⁵ Integrante da Fundação Nacional Pró Memória e Assessor da UFOP.

grupos locais; o desenvolvimento dos sistemas de referência cultural, envolvendo os conhecimentos obtidos nos projetos; a cooperação para o desenvolvimento das infraestruturas dos diversos subsistemas sociais e econômicos da região, ou seja, nas áreas de educação, saúde, habitação e produção (BOLETIM- SPHAN n° 8, 1980, p. 9).

Em uma entrevista concedida na época de elaboração do projeto, Luiz Perret demonstrou a importância da educação patrimonial para a preservação da cidade; além de buscar integrar a universidade nesse processo, para que ela se tornasse um modelo a ser seguido.

A preservação de Ouro Preto através da criança, que será o adulto daqui a 15 anos, pela formação de um movimento multidisciplinar, multi-institucional local, dirigido para a educação institucional em todos os níveis; a outra preocupação é podermos influenciar na implantação da Universidade, mostrando a importância de implantar a UFOP de maneira peculiar, harmonizando sua implantação com a preservação da cidade, no sentido de tornar esta universidade uma experiência, um modelo de universidade brasileira no contexto em que está inserida (SERPA apud BOLETIM SPHAN n° 8, 1980, p. 9).

Os trabalhos e debates entre diversos profissionais e a população continuaram nos meses seguintes. Alguns projetos foram elaborados, sendo um dos primeiros foi o subprograma “Artesanato e Tecnologias Patrimoniais”, desenvolvido em Cachoeira do Brumado, distrito pertencente à cidade de Mariana-MG, conhecido pela tradição do artesanato em pita e pedra sabão. Esse distrito foi a base para o desenvolvimento do projeto que poderia ser realizado em outros locais.

O projeto obteve, através de fotografias e depoimentos gravados, a documentação detalhada do processo produtivo. Identificou festas religiosas e segmentos da comunidade a eles associados, além de lideranças voltadas a reivindicações e trabalhos de assistência à saúde. D. Maria do Carmo, por exemplo, é uma dessas líderes. Ela, tecedeira de tapetes e cortinas e enfermeira prática, conseguiu mobilizar a comunidade e através da Associação Comunitária de Cachoeira do Brumado construir uma casinha que será o primeiro posto de saúde da cidade, que até hoje não tem um só médico (BOLETIM- SPHAN n° 7, 1980, p. 8).

Outro trabalho desenvolvido na cidade de Ouro Preto, por solicitação dos próprios moradores, foi o de “Revitalização do Mercado Municipal de Ouro Preto”, que “visa propiciar melhores condições de comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros e artesanais, criar um acervo de referências culturais” (BOLETIM SPHAN n° 8, 1980, p. 9). Projeto amplo que visava a recuperação do antigo Mercado Municipal de Ouro Preto, recuperação de estradas, bem como a identificação de outras e a documentação das dinâmicas culturais da população.

Para a concretização deste projeto criou-se um outro, o de Capacitação de Artífices para Apoio da Área de Restauração de Bens Imóveis, visando não apenas a capacitação de pessoal nessa atividade, mas sobretudo a revitalização do

conhecimento, em vias de extinção, de restauradores do antigo IPHAN e a documentação do ensino/aprendizagem (BOLETIM SPHAN n.º 8, 1980, p. 10).

Para inserir ainda mais a população na dinâmica da cidade e nas decisões tomadas, um subprograma de Artes foi elaborado para a elaboração de um Centro Experimental de Criação de Obras Públicas e Populares (CECOPP), tendo como objetivo:

Contribuir para a criação das condições necessárias para a participação da comunidade na transformação do meio ambiente, a partir das bases culturais e matérias que lhes são próprias, formando artistas plásticos e preservando, ao mesmo tempo, a memória plástica da cidade. Ainda dentro deste subprograma está prevista a formação de Grupo Experimental de Danças Afro- Brasileiras, com a finalidade de desenvolver a prática desta forma de expressão, através de oficinas e grupos experimentais que incentivariam, também, os estudos sobre a cultura negra no Brasil e particularmente em Minas Gerais (BOLETIM SPHAN n.º 8, 1980, p. 10).

Segundo dados do Boletim SPHAN n.º 8, um projeto de Documentação de Ouro Preto foi elaborado para registrar a memória da cidade entrava em análise final. Através de depoimentos, fotos, lendas, edificações e arquivos, seria criado um acervo sobre a cultura ouropretana. O Programa Cultural de Ouro Preto, desenvolvido entre os anos de 1979 a 1981, é um exemplo do que Aloísio de Magalhães buscou em sua gestão integrar o patrimônio cultural na vida da população, partindo do que elas entendiam como sendo suas referências culturais. “Deu-se voz a esses grupos sociais, acreditando no empoderamento desses a partir de sua participação e organização, os incluindo na pauta de discussões sobre a preservação da cidade” (FERNANDES, 2014, p. 83).

Após a interrupção do Programa Cultural de Ouro Preto, em 1981, o “Projeto Interação entre a Educação Básica e os Contextos Culturais Específicos–Rede de Escolas Municipais do Município de Ouro Preto/MG” foi implantado na cidade com o objetivo de integrar educação e cultura aos mesmos ideias do programa criado anteriormente. Entretanto, “apesar do número de escolas envolvidas e dos recursos gastos para a sua realização, atualmente, não se identifica, na cidade, nenhum eco das ações desenvolvidas por esse projeto” (FERNANDES, 2017, p. 72); o programa foi finalizado, no ano de 1984 e, segundo Simone Fernandes, nenhuma outra ação foi desenvolvida pelo IPHAN até a década de 1990. Somente no ano de 1993, formou-se uma parceria com o Museu da Inconfidência para a realização do Projeto Museu-Escola.

Durante o período de 1993 a 1996, o Projeto Museu –escola foi realizado de forma conjunta, com o Escritório Técnico de Ouro Preto e com a Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto, contando com a participação de professores de Educação Básica das escolas da rede municipal de ensino, e com os alunos do Ensino Fundamental de 9 a 11 anos, encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação (FERNANDES, 2017, p. 72-73).

O Projeto foi dividido em duas vias de trabalho: Ludo-Museu com visitas orientadas e Museu-Escola. Através de uma parceria entre o Escritório Técnico de Ouro Preto e a Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto, o projeto foi realizado na Casa da Baronesa e no Museu da Inconfidência.

A equipe de professoras (duas historiadoras e uma arte/educadora) escolheu as linguagens artísticas para repassarem as informações sobre a cidade, sua história, formação urbana e as tradições culturais locais. A arte foi a forma encontrada para que as crianças expressassem livremente suas fantasias, através da relação sensível, intuitiva, crítica e afetiva com as coisas e o seu lugar. (FERNANDES, 2014, p. 104)

Apesar da importância da continuidade das ações, o projeto permaneceu ativo somente por três anos, devido à falta de recursos para a sua manutenção.

Após 1995, em Ouro Preto, ao final de cada ano, ao planejarmos as ações para o ano seguinte, sempre incluíamos no planejamento anual do escritório, recursos financeiros para a realização de projetos educativos que nunca foram contemplados, ficando clara a falta de apoio, a ausência de prioridade e/ou o (não) lugar da educação na instituição (FERNANDES, 2014, p. 109).

Com a paralisação das ações de educação patrimonial, o IPHAN seguiu fazendo somente os trabalhos normativos e de fiscalização, o que deixou o instituto ainda mais distante da população. Ainda nesse período diversas ações foram ajuizadas contra os proprietários dos imóveis que estavam realizando obras inadequadas nos bens tombados, sendo assim, “essa atuação institucional acirrou o embate entre o IPHAN e os proprietários dos imóveis, trazendo como consequência o aumento do desgaste da imagem da instituição junto à comunidade local (FERNANDES, 2014, p. 111).”

Ainda, o sentimento de esquecimento por parte do poder público em relação aos bairros periféricos fez com que a população se afastasse e não usufrísse dos bens que estavam no centro da cidade, “pois o sentimento de pertencimento é intrinsecamente ligado aos símbolos gerados através da participação destes cidadãos na construção dos mesmos” (SILVA, 2019, p. 17). Nesse sentido, as ações de educação patrimonial cumpriam um papel muito importante entre IPHAN e a população. Para reverter essa situação, novas ações deveriam ser pensadas, colocando o morador como parte indissociável desse processo.

4.1 Casa do Patrimônio de Ouro Preto: a Casa da Baronesa

À luz das considerações levantadas anteriormente, no ano de 2008, foi criada as “Casas do Patrimônio”, apresentadas oficialmente na Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, ocorrida em Pirenópolis

(GO). As Casas do Patrimônio, articuladas com a sociedade civil, o IPHAN e as instituições públicas teriam caráter dialógico, valorizando a cultura de cada região. Em Ouro Preto, a Casa do Patrimônio sediada na Casa da Baronesa, tinha como objetivo:

Dotar a Casa com estrutura física para transformá-la em um espaço da ação institucional e, principalmente, em um centro irradiador da condução das políticas de capacitação para a preservação do patrimônio cultural, promovendo maior interatividade e divulgação do trabalho do IPHAN com e para a sociedade, com especial atenção à sua real importância como agente governamental responsável pelo patrimônio cultural brasileiro. Seguimos aqui, a primeira definição das Casas do Patrimônio, pois identificávamos nela uma possibilidade real de transformação da imagem institucional na cidade (FERNANDES, 2014, p. 114).

Após a apresentação formal do projeto, a Casa do Patrimônio de Ouro Preto conseguiu recursos do IPHAN para o início dos trabalhos. Segundo Fernandes (2014), duas ações compunham o projeto, sendo elas: implementação de ações educativas, advinda de uma parceria com instituições da cidade para difundir e preservar o patrimônio, sendo os alunos da UFOP o público alvo das ações; e a outra seria a implantação do Circuito Expositivo Casa da Baronesa/Casa do Patrimônio, tendo como principal objetivo:

Montar e implantar, na sede do Escritório Técnico de Ouro Preto, uma exposição voltada para a divulgação das ações do IPHAN, sobre a história da evolução urbana de Ouro Preto, assim como sinalizar adequadamente e musealizar os objetos encontrados nas prospecções arqueológicas realizadas nos jardins da casa durante a obra de restauração da mesma. A ação contou com a contratação dos serviços no final de 2008, execução ao longo de 2009, com a inauguração em dezembro de 2009 (FERNANDES, 2014, p. 115).

Visando o início das ações educativas, parcerias entre a FAOP e o departamento de Turismo da UFOP foram estabelecidas e, após troca de experiências e diálogos, foi desenvolvido, em janeiro de 2009, o projeto “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania”. O início das atividades e a abertura do Circuito Expositivo marcaram a inauguração das atividades da Casa do Patrimônio de Ouro Preto. Isso marcou “o princípio da abertura de um diálogo com a sociedade e do início do estabelecimento de novas formas de relacionamento, entre o órgão, a sociedade civil e os poderes públicos locais” (FERNANDES, 2014, p. 116).

4.2- Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania

O Projeto “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania” foi a primeira ação de educação patrimonial realizada pelo Escritório Técnico do IPHAN, na cidade de Ouro Preto, no ano de 2009, sendo a comunidade ouropretana e os estudantes da universidade o primeiro público alvo do projeto, sob a justificativa de que havia “uma ausência de ações de educação

patrimonial voltada para jovens universitários e pela série de obras irregulares, realizadas por esses estudantes, nos próprios edifícios da UFOP” (FERNANDES, 2014, p. 118).

Tal ação foi intitulada de “Roteiros Sensoriais” e consistia em percorrer por caminhos no centro de Ouro Preto, com moradores e estudantes, para que tivessem uma visão diferente dos trajetos que realizavam com frequência.

Três roteiros foram formatados, todos com trajetos realizados no centro histórico de Ouro Preto. Esses roteiros diferenciados, dirigidos ao uso dos sentidos, pretendiam que, ao serem explorados caminhos cotidianos, fossem aguçadas a consciência temporal e espacial e abertos os baús da memória afetiva, transformando espaços indiferenciados em lugares identitários, ampliando a percepção de ambiências diferenciadas, tecendo valores necessários à preservação do patrimônio cultural local. Durante o trajeto, informações sobre a cidade eram repassadas aos participantes que, poderiam (re)construir as relações entre passado, presente e futuro, transformando suas atitudes em relação ao universo histórico-cultural que vivenciam (FERNANDES, 2014, p. 120).

O projeto foi dirigido pelo professor e arquiteto, Juca Villaschi, da Universidade Federal de Ouro Preto, tendo como principal objetivo fortalecer a relação dos moradores e estudantes com a cidade. Em uma entrevista para o jornal “Estado de Minas, em 06 de setembro de 2009, Villaschi ressalta:

As atividades começaram como um programa de disciplina e, em seguida, projeto de extensão universitária do departamento de turismo da Ufop. "A metodologia foi desenvolvida a partir da matéria percepção e interpretação do patrimônio ambiental urbano, fundamentada nos estudos da fenomenologia da percepção do filósofo francês Merleau Ponty (1908-1961)", explica Villaschi, que coordena as atividades com a historiadora do Iphan Simone Fernandes e a arquiteta da Faop Sandra Foschi (ESTADO DE MINAS, 2009).

Foram criados três roteiros, sendo eles: Roteiro Antônio Dias, Roteiro Cabeças e Roteiro Rosário, como podemos observar nas imagens a seguir, retiradas do site do projeto¹⁶

¹⁶ Todas as imagens podem ser vistas no site: <http://projetosentidosurbanos.blogspot.com>.

Figura 1 - Roteiro Cabeças com alunos da FAOP.



Fonte: Acervo do Projeto “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania”, 2009.

Figura 2 - Roteiro Antônio Dias, com alunos do Curso de Turismo.



Fonte: Acervo do Projeto “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania”, 2009.

Figura 3 - Roteiro Rosário, com alunos da FAOP.



Fonte: Acervo do Projeto “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania”, 2009.

Figura 4 - Roteiro realizado com coordenadoras das creches municipais.



Fonte: Acervo do Projeto “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania”, 2009.

Além dos roteiros feitos com os estudantes da cidade, os professores da rede municipal de educação também participaram das atividades propostas. A Secretária Municipal de Educação conheceu o projeto através do Blog dos Sentidos Urbanos e viu nele a oportunidade de gerar, no morador, um sentimento de apropriação pelo patrimônio, além de utilizar o roteiro para uma reflexão do contexto escolar em que os professores estavam inseridos.

No final de 2009, primeiro ano de trabalho do projeto, realizamos 126 roteiros com 984 participantes, obtivemos 975 acessos ao blog (de maio a dezembro de 2009) e, com a abertura do Circuito Expositivo da Casa do Patrimônio de Ouro Preto/Casa da Baronesa, em dezembro de 2009, ampliaram-se as perspectivas de atuação desse projeto e da Casa do Patrimônio de Ouro Preto (FERNANDES, 2014, p. 125).

Um número expressivo de ações e participantes para um projeto recém-criado, mas que foi muito difundido em todos os departamentos da universidade e contou com a participação de muitos alunos.

4.3 “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”

Em 2010, em decorrência da parceria estabelecida com a PMOP, por meio da Secretaria Municipal de Educação, novas metodologias começaram a ser definidas para o decorrer do projeto que se transformaria em programa. As ações seriam as seguintes: Roteiros sensoriais e Circuito Expositivo Casa do Patrimônio de Ouro Preto, relatadas anteriormente; além de duas novas ações, sendo: Projeto “Eu também sou patrimônio” e “Base Criativa – Laboratório Patrimônio”.

Segundo Fernandes (2014), o Projeto “Eu também sou patrimônio” surgiu através de uma solicitação da Escola Municipal Professora Juventina Drummond, após a participação

dos professores no “Roteiros Sensoriais”, em que os mesmos solicitaram uma continuidade da ação.

Tínhamos o retorno do Departamento de Psicologia da Diretoria de Desenvolvimento Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto sobre os roteiros realizados com as professoras e definimos, com nossos parceiros que, para esse trabalho, utilizaríamos as referências culturais identificadas nos bairros/distritos da cidade como recurso para o fortalecimento identitário de seus participantes (FERNANDES, 2014, p. 129).

A escola está localizada no bairro Morro Santana, afastada do centro da cidade, onde os moradores, muitas vezes, não se sentem pertencentes à cidade patrimônio. Entretanto, podemos perceber que a tentativa de estreitar os laços e quebrar a barreira entre IPHAN e comunidade aos poucos vinha dando certo, pois foi a própria escola que procurou o instituto para uma possível continuidade das ações no bairro.

Fernandes (2014) explica que em uma conversa com os moradores a palavra “vergonha” foi utilizada muitas vezes por eles ao se referirem ao bairro.

Ao fato de viverem em área ilegalmente construída, impregnada por todo o sentimento advindo dela, e o desejo de mudança desse sentimento, com relação ao bairro. Relataram que, ao se inscreverem para uma vaga de emprego, não completavam corretamente o endereço deles no Morro Santana, pois, se o fizessem, seriam imediatamente cortados da disputa, o mesmo ocorrendo na hora da inscrição para um concurso, vestibular ou qualquer outro tipo de prova, pois consideravam essa chance muito além da capacidade deles (FERNANDES, 2014, p. 130).

Após essa conversa, nasceu o projeto “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”. No início, foi elaborado, em conjunto com os professores, um roteiro sensorial para ser seguido no bairro, que contou com a participação dos professores e alguns monitores, com o objetivo de entender qual a visão dos participantes sobre o local. O propósito era fazer com que eles falassem o que sentiam pelo bairro, “formas de ver, de ouvir, de sentir, de perceber, a ousar pensar diferente sobre aquele lugar. Pois, ao falarmos em patrimônio, estamos tratando de valores afetivos, de símbolos e dos sentidos” (FERNANDES, 2014, p. 133). A partir de diálogos, foram identificados outros locais, além da Capela de Santana e São João, como sendo carregados de significados pelos participantes, como: a Cachoeira das Andorinhas, a própria escola, a Bica do Córrego Seco, o bar do Baú, entre outros. Ainda segundo Fernandes (2014), foi realizada uma oficina de Educação Patrimonial, com a professora Evelina Grunberg, nas próprias dependências da escola, como parte da programação do Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana – Fórum das Artes, de 2010. Com a finalização das atividades, o resultado foi a elaboração de projetos envolvendo os bens do bairro, sendo eles: “Artesanato, Bica do Córrego Seco, Capela de São João e Capela de

Santana, mas esses só foram utilizados pela escola no início do ano letivo de 2011” (FERNANDES, 2014, p. 136).

Ainda no mesmo ano, em razão das comemorações do 7 de setembro, a escola teve a ideia de representar alguns bens presentes no bairro durante o desfile. Uma decisão entre a escola e os alunos que deveriam escolher de qual forma fariam a representação desses patrimônios. “Cabe frisar que foi a comunidade escolar quem escolheu o projeto, a instituição só foi convocada para auxiliar na organização do material que integrou o desfile” (FERNANDES, 2014, p. 136), ou seja, aquele sentimento de vergonha pelo bairro começava a não ser mais sentido pelas pessoas e elas queriam levar o Morro Santana para um dos desfiles mais importantes do calendário da cidade. Fato que reforça que o diálogo e a escuta é o melhor caminho para uma mudança efetiva na relação das populações em relação ao lugar onde residem e ao próprio patrimônio. Fernandes (2014) destaca que após o 7 de setembro, os próprios moradores começaram a reivindicar a limpeza da Bica do Córrego Seco, representada no desfile, mas que se encontrava em um estado de abandono pelo poder público.

A comunidade escolar (professores, alunos e moradores do bairro) se reuniu com representantes da associação de bairro para planejar o mutirão de limpeza. A Casa do Patrimônio de Ouro Preto, através das instituições parceiras, contatou o Grupo Mambembe – Música e Teatro Itinerante, que programou a realização de um espetáculo no bairro, no dia do mutirão. Para tal, o grupo iniciou oficinas de iniciação ao teatro e à música no Juventina, atividade que antecede suas apresentações e que foi oferecida aos alunos do 1º ao 5º ano da escola. O Carro Biblioteca da UFOP também foi contatado, programando uma visita ao bairro no dia do mutirão (FERNANDES, 2014, p. 138).

Em novembro de 2011, foi realizado o mutirão de limpeza da Bica do Córrego Seco. “Brincadeiras, apresentação teatral, Carro Biblioteca da UFOP, entrevistas com as antigas lavadeiras do Morro integraram as atividades realizadas” (FERNANDES, 2014, p. 138), tudo isso com a participação efetiva da comunidade. Esse projeto é um exemplo de que a Educação Patrimonial é uma importante ferramenta de mobilização social. Os participantes que antes sentiam vergonha do bairro, em poucos meses levaram suas referências para o centro da cidade e se mobilizaram para a limpeza de um bem que é muito importante para a história do Morro Santana.

O projeto Base Criativa – Laboratório Patrimônio foi iniciado em 2010, também na Escola Juventina, como extensão do projeto “Sou do Morro, eu também sou Patrimônio”. Segundo Fernandes (2014), a oficina intitulada de “Despertar o Olhar” foi realizada com os alunos do sétimo e oitavo ano. O resultado foi a elaboração de um curta-metragem sobre as

atividades realizadas durante a oficina (Figura 5). Nesse momento, com o advento das redes sociais e da tecnologia, as ferramentas audiovisuais se tornam importantes no desenvolvimento das ações e as redes sociais um divulgador desses projetos, fazendo com que mais pessoas conheçam o programa. “O audiovisual se tornou um importante instrumento em nossas ações, com a produção documental não ficcional e também com produções mistas, para trabalharmos a temática da educação patrimonial” (FERNANDES, 2014, p. 146).

Figura 5 - Oficina de audiovisual, na Escola Juventina Drummond.



Fonte: Acervo do Programa “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania”, 2010.

Figura 6 - Oficina de audiovisual, na Escola Juventina Drummond.



Fonte: Acervo do Programa “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania”, 2010.

A oficina avançou e outras visões do mundo audiovisual foram apresentadas aos jovens, com foco em produção de filmes em parceria com a TV UFOP, que culminou em uma série de dois vídeos intitulados como: “Eu também sou Patrimônio- Antônio” e “Eu também sou Patrimônio-Damião”¹⁷.

Com o intuito de identificarmos e focarmos pessoas que, devido às suas histórias de vida e fazeres, tornaram-se parte integrante do patrimônio de Ouro Preto. O propósito maior deste trabalho foi darmos ênfase às pessoas enquanto patrimônio

¹⁷ Link para os vídeos produzidos: <https://www.youtube.com/watch?v=VS8kub05-vE>

vivo, sem o qual nossos casarões, praças e monumentos não fariam o menor sentido (FERNANDES, 2014, p. 146).

Durante o Festival de Inverno de 2011, foi desenvolvida uma nova série intitulada de “Olhares”, em uma parceria com a Casa do Patrimônio de Ouro Preto, TV Casa Grande da Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe /CE, TV UFOP e com integrantes da Oficina desenvolvida na escola Juventina. “O protagonismo juvenil foi o propósito maior deste trabalho, pois os roteiros foram definidos pelo grupo de jovens e as ações foram protagonizadas por eles” (FERNANDES, 2014, p. 146), o que culminou em seis programas produzidos durante o festival. No ano seguinte, também foi realizada a mesma série como continuação da produzida no ano anterior, resultando em mais três vídeos.

Utilizar essas ferramentas atrai a atenção das crianças e dos jovens, os auxilia na percepção do espaço em que estão inseridos e os coloca como parte importante no processo de valorização do bairro e dos próprios moradores. Fernandes (2014) destaca que, após o término das oficinas, foram realizadas entrevistas com algumas alunas que relataram uma mudança sobre a visão em relação ao bairro, sobre si e sobre os colegas.

4.4 Diálogos sobre o Patrimônio

Ao longo do ano de 2019, fui bolsista do projeto de extensão “Diálogos Sobre o Patrimônio”¹⁸ que buscou realizar ações de educação patrimonial com crianças e idosos do bairro Padre Faria, na cidade de Ouro Preto- MG, em uma parceria com o IPHAN e a UFOP.

O referido bairro é um dos mais antigos da cidade, possui uma cultura única, como: o grupo de bordadeiras, o grupo de congado e a escola de samba. Expressões que passam entre as gerações e seguem sendo muito bem salvaguardadas pelos moradores. Entretanto, possui significativas desigualdades sociais, fazendo com que os moradores pouco se sintam pertencentes e se distanciam do patrimônio institucionalizado¹⁹. Nesse sentido, o projeto buscou entender qual a relação dos moradores com o bairro e com a cidade patrimonializada, compreendendo os olhares que eles tinham sobre esses bens.

Para início do trabalho, fizemos uma revisão bibliográfica, com pesquisas voltadas diretamente para o bairro, para compreender como se deu a sua formação até os dias atuais, entendendo como é a organização do Padre Faria. Para tanto, buscamos contato com a

¹⁸ Ao longo do ano de 2019 foi desenvolvido no bairro Padre Faria o Projeto Diálogos sobre o Patrimônio, proposto pelo IFMG, em parceria com o IPHAN, que buscou realizar ações de educação patrimonial no bairro sob a coordenação da professora Maria Cristina da Rocha Simão e a participação de outra aluna, Débora das Graças Henriques Campos. Essa foi a segunda edição do Projeto, que tinha ocorrido anteriormente no bairro São Cristóvão/ Veloso. O relato dessa experiência foi baseado em minha vivência como bolsista e nos relatórios emitidos para o IFMG.

¹⁹ Patrimônio Institucionalizado se refere aos bens que possuem proteção própria, como o tombamento.

Associação de Moradores do bairro e com a Coordenação da Casa de Cultura, inaugurada em novembro de 2009, sendo um espaço muito importante para o bairro. No local são desenvolvidas atividades para crianças, jovens e idosos. Nesse projeto, tivemos contato com o grupo de bordadeiras. Fomos muito bem recebidos e eles aceitaram prontamente que o projeto fosse desenvolvido no local. Para conhecer melhor o bairro, fizemos uma caminhada para conversar com alguns moradores e nos apresentarmos.

Após isso, juntamente com a equipe do IPHAN- Projeto Sentidos Urbanos, nos reunimos com o Presidente da Associação e a Coordenadora da Casa de Cultura para fazer uma apresentação formal da equipe e da proposta de trabalho. Em conjunto, foi decidido que a primeira parte do projeto seria desenvolvida com os moradores idosos do bairro. A primeira ação foi a oficina de “Mapas Afetivos”²⁰, que seria ministrada pela técnica em Educação do IPHAN Brasília, Sônia Rampim Florêncio. O presidente da Associação se disponibilizou a nos acompanhar em um percurso no bairro, em que ele mostrou quais eram os lugares de maior referência do local e as principais ações que são desenvolvidas pelos moradores.

Com a finalização do processo de reconhecimento e apresentação da primeira ação a ser desenvolvida, fizemos a divulgação da oficina e o convite às pessoas do bairro para que fossem participar. Ela foi realizada na semana do Festival de Inverno que, como dito anteriormente, foi ministrada pela técnica do IPHAN Brasília, Sônia Florêncio, ocorrendo nos dias 11 e 12 de julho. Em um primeiro momento, foi discutido entre os participantes o conceito de “patrimônio cultural” e quais eram as referências que eles achavam mais peculiares na cidade e, principalmente, no bairro. Foi proposto que eles desenhasssem um Mapa Afetivo do bairro Padre Faria, evidenciando os lugares, os objetos, as celebrações, as formas de expressões e saberes, presentes na vida deles. Desde um bem imóvel até o congado foram representados pelos moradores (Figura - 7).

²⁰ O mapa afetivo é uma ferramenta utilizada para despertar os sentimentos dos indivíduos em relação ao local onde vivem. Usando como referências os saberes, fazeres, celebrações, expressões e locais de afeto dos participantes.

Figura 7 - Confeção do Mapa Afetivo do Padre Faria.



Fonte: Acervo do Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, 2019.

Os participantes puderam falar de suas referências e quais eram suas relações com os lugares, objetos, celebrações, formas de expressões e saberes que mais gostavam e tinham afeto. Na figura 8, podemos ver o mapa finalizado com diversas representações, como: a capela do Padre Faria, o grupo de Congado, o Pico do Itacolomi, o campo de futebol e a Casa de Cultura.

Figura 8 - Mapa Afetivo do Padre Faria Finalizado.



Fonte: Acervo do Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, 2019.

Com a finalização da Oficina e para continuarmos com as atividades no bairro, após uma reunião ficou decidido que iríamos trabalhar com os alunos da Escola Estadual Desembargador Horácio Andrade, que atende a crianças e jovens da região, desde o ensino fundamental até o ensino médio; e possui uma importância muito grande para a comunidade. A diretora recebeu muito bem a proposta do projeto e sugeriu que o trabalho fosse feito com alunos do quinto ano do ensino fundamental, que tinham entre nove e dez anos de idade.

Para tanto, uma nova metodologia foi discutida. Ficou decidido que ferramentas audiovisuais seriam utilizadas para trabalhar o patrimônio cultural com as crianças. O trabalho seria dividido em cinco etapas, sendo elas: Mapas afetivos; Teoria e prática fotográfica; Minuto Lumière²¹; Edição dos vídeos e amostra dos resultados. A oficina intitulada “Entre lados há cidade” tinha como principal objetivo utilizar ferramentas do audiovisual para inserir patrimônio, memória, identidade e pertencimento dentro do contexto das crianças.

Em um primeiro momento, fomos conhecer a turma e a dinâmica da sala. Após isso, fizemos a Oficina de Mapa Afetivo com a mesma metodologia utilizada com o grupo anterior. As crianças se mostraram muito empolgadas e dispostas a realizar a atividade proposta. Ao serem perguntadas sobre o que era patrimônio, ouvimos diversas respostas e a maioria delas relacionavam o patrimônio somente aos bens tombados da cidade, como a praça Tiradentes e as igrejas. Sugerimos que falassem sobre os bens presentes no bairro e eles citaram a capela do Padre Faria, a igreja de Santa Efigênia, a própria escola, o campo de futebol e a roda de capoeira. Alguns deles não associavam esses lugares como patrimônio e achavam que só o que estava no centro da cidade era de fato um patrimônio. Ouvir o que eles percebiam sobre o bairro em que moravam foi muito importante, pois:

O processo de mediação é necessário, portanto, para a apropriação do conhecimento e conformação do patrimônio cultural, reconhecendo e respeitando a existência dos saberes locais, o olhar da vivência das comunidades onde esse patrimônio cultural é construído e a participação efetiva dos sujeitos sociais na conformação e apropriação do seu patrimônio cultural (TOLENTINO, 2016, p. 45).

Logo depois de apontarem os lugares de afeto, eles desenharam no mapa essas referências (Figura - 9).

²¹ O minuto Lumière consiste na gravação de vídeos de um minuto de duração, sem movimento da câmera e sem o uso de som na filmagem.

Figura 9 - Mapa Afetivo do Horácio Andrade



Fonte: Acervo do Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, 2019.

Com a finalização do Mapa Afetivo dos alunos, saímos com eles para que fotografassem os lugares que haviam representado em seus desenhos (Figura - 10).

Figura 10 - Fotografia dos objetos representados no mapa afetivo.



Fonte: Acervo do Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, 2019.

Logo após a finalização das fotografias, mostramos para eles os registros e fizemos uma conversa para saber o que eles acharam da dinâmica e para explicar a escolha do objeto fotografado. Para a realização do Minuto Lumière, eles tiveram uma explicação sobre filmagens e edição de vídeos, pois a ideia era a de que eles fizessem a gravação e auxiliassem na edição.

Figura 11 - Oficina sobre filmagens e edição de vídeos



Fonte: Acervo do Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, 2019.

As crianças se dividiram em grupos para gravar pequenos vídeos sobre o tema de sua preferência, que deveria ser produzido em frente ao lugar que haviam desenhado no mapa afetivo. Todos os grupos decidiram que queriam gravar nos arredores da Igreja de Santa Efigênia.

Figura 12 - Gravação do Minuto Lumière



Fonte: Acervo do Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, 2019.

Figura 13 - Gravação do Minuto Lumieré



Fonte: Acervo do Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, 2019.

Após as gravações, as crianças auxiliaram na edição dos vídeos que elas haviam produzido (Figura - 14).

Figura 14- Edição dos vídeos do Minuto Lumieré



Fonte: Acervo do Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, 2019.

Com os vídeos editados, foi realizada uma sessão para apresentação de cada trabalho produzido pelos grupos. As crianças participaram de todas as etapas propostas, falaram de suas referências, dos lugares que mais gostavam no bairro. Através da escuta e do diálogo, perceberam que o patrimônio também está no próprio bairro e não somente no centro da cidade.

Com o término do projeto “Entre lados há cidade”, na Escola Estadual Desembargador Horácio Andrade, retornamos para a Casa de Cultura do Padre Faria, onde há diariamente oficinas de pinturas e bordado. O principal objetivo do trabalho era fazer um resgate sobre as memórias locais, a relação com o entorno da área patrimonializada e qual a vivência nesses espaços. Durante as filmagens, elas demonstraram muito afeto pela Casa de Cultura e mostraram os trabalhos que desenvolviam, e ainda desenvolvem, no espaço (Figura - 15).

Figura 15- Trabalhos de pintura e bordado desenvolvidos na Casa de Cultura



Fonte: Acervo do Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, 2019.

Os depoimentos foram registrados através de filmagens, nas quais todos os depoentes falaram que possuem uma relação muito boa com o bairro. Alguns participam efetivamente na organização das principais celebrações do local: o reinado e a escola de samba, garantindo que essas festividades não se percam.

Figura 16- Gravação com as bordadeiras da Casa de Cultura



Fonte: Acervo do Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, 2019.

O projeto de extensão “Diálogos Sobre o Patrimônio”, através da parceria com o programa “Sentidos Urbanos”, teve como principal objetivo compreender como os moradores do bairro Padre Faria utilizavam o patrimônio, entendendo quais os sentimentos que eles tinham por esses bens. Por meio de diálogos com as bordadeiras da Casa de Cultura e as crianças da Escola Estadual Desembargador Horácio Andrade, percebemos que havia um reconhecimento pelo patrimônio institucionalizado e, ao mesmo tempo, um sentimento de não pertencimento pela cidade. Em contrapartida, possuíam boa relação com o bairro e com os bens do seu entorno. Eles usufruem dos espaços, como a Capela do Padre Faria e a Casa de Cultura, mantendo festas importantes para o bairro ativas, como o Reinado; e contribuindo, assim, para a preservação e perpetuação do patrimônio que está presente em suas vidas.

5- AVANÇOS E DESAFIOS

A forma de trabalhar com a educação patrimonial evoluiu muito desde a criação do IPHAN até os dias atuais. O que antes era tratado como uma metodologia de ensino, na qual o principal objetivo era transmitir informações acerca do patrimônio cultural para as comunidades, como se elas não tivessem suas próprias referências culturais, hoje, se entende como um processo de diálogo e de escuta entre as instituições e a população, sendo que:

Atuar com educação patrimonial é, sobretudo, fazer uma reflexão nesse sentido e não atuar de uma forma passiva em relação a um patrimônio fetichizado, que já vem pronto e determinado. É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que, nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos (TOLENTINO, 2016, p. 44).

Como vimos nos capítulos anteriores, na década de 1930 até 1960, existia a preocupação em instruir a população sobre a importância da preservação do patrimônio, o "conhecer para preservar". Na década de 1970, com Aloísio de Magalhães começa-se a inserir a ideia de que as pessoas possuíam suas próprias referências culturais. Na década de 1990, o termo "Educação Patrimonial" começa a ser difundido após o lançamento do Guia Básico de Educação Patrimonial, que foi muito importante naquele período, mas era um material instrutivo. Atualmente sabemos que a educação patrimonial não pode mais ser tratada como "alfabetização cultural", tratando a população como uma mera receptora de conhecimento e informação, pois:

Deve-se entender que o patrimônio vai além daquele institucionalizado e que as pessoas sempre terão olhares, memórias e afetos diversos sobre eles. Atualmente, o Iphan entende "que os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem também são considerados como contextos educativos importantes para a formação do sujeito e para seus modos de ser e estar no mundo" (TOLENTINO, 2016, p. 45).

Ela não pode ser indissociável da vida das pessoas e tem que estar inserida dentro das diferentes realidades das comunidades. Ao analisar as ações desenvolvidas pelo Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto, percebemos que os primeiros projetos desenvolvidos por eles foram relacionados ao centro da cidade e ao seu conjunto tombado, desconsiderando os bairros que estão no entorno da área. Somente com o projeto "Sou do Morro, também sou patrimônio", entendeu-se a importância de se trabalhar com os bens que estão nos bairros e presentes diariamente na vida da população.

Começou-se a olhar para as cidades como um todo, com suas ocupações espontâneas, seus problemas de infraestrutura, percebendo e entendendo a comunidade e seus problemas, trazendo-a para participar das decisões, é que se começaria a trilhar um novo caminho, o da aproximação do Estado com a sociedade (FERNANDES, 2014, p. 160).

Diferente daquela metodologia em que as instituições levavam os alunos para o “centro histórico” para conhecer o patrimônio da cidade, como se só esse fosse importante, ignorando todas as referências culturais do próprio bairro; o trabalho realizado na Escola Municipal Professora Juventina Drummond fez com que os moradores reivindicassem ações de melhoria para o bairro, como a limpeza da Bica do Córrego Seco, sendo que “a comunidade se sentiu capaz de dialogar com o Estado para, juntamente com ele, criar condições de garantir os seus direitos, exercendo plenamente sua cidadania” (FERNANDES, 2014, p. 164).

O audiovisual também é um recurso muito importante nesse processo, visto que, aproxima as crianças e adolescentes do tema, despertando a curiosidade e o interesse delas. O uso dessas ferramentas e os projetos desenvolvidos nos bairros afastados do centro histórico, diminuiu o distanciamento entre a população e o IPHAN. Os Mapas Afetivos, por exemplo, despertam o afeto que as pessoas têm pelos bens que estão presentes no seu dia a dia, não sendo apenas um simples “conhecer para preservar”, mas uma prática que gera reflexão acerca do patrimônio cultural, fazendo com que os moradores não apenas compreendam a importância de preservá-los, mas se sintam parte importante nesse processo. Entendendo que, “a educação patrimonial, para que possa ser efetiva, implica ir além do conhecer para preservar; é necessário que se propicie a reflexão crítica. E, a partir dessa reflexão, buscar a transformação da realidade” (TOLENTINO, 2016, p. 46).

Os avanços que ocorreram no decorrer dos anos são perceptíveis, principalmente, após a publicação da portaria número 137, de 28 de abril de 2016, que estabeleceu as diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas de Patrimônio, sendo um marco para a área. No entanto, os desafios ainda são muitos, a falta de investimentos para a área sempre foi um dos pontos que prejudicaram a continuidade das ações, como vimos ao longo do trabalho.

A participação popular pode, muitas vezes, parecer não ser muito eficiente, porque demanda tempo e isso pode impactar em custos, além de inferir complexidade do processo decisório. Entretanto, os benefícios do desenvolvimento não podem ser medidos exclusivamente pelos ganhos financeiros, pois, sabe-se, a participação cidadã aporta outros benefícios à comunidade e ao lugar, como por exemplo, aproximar, convocar à cooperação e isso gera responsabilidade pelo compromisso conjunto assumido (MARTINS, 2015, p. 53).

Levar esses projetos para todos os bairros e distritos, manter parcerias com escolas e associações locais seria o ideal, mas a falta de apoio para a expansão do programa impede que outras comunidades sejam contempladas. Ainda, envolver a população que está fora do âmbito escolar é um desafio constante. Ao desenvolver as ações no bairro Padre Faria, inicialmente, encontramos uma grande dificuldade em trabalhar com a população idosa. As mudanças vão ocorrendo aos poucos, o diálogo e a escuta estão sendo incorporados às novas práticas do IPHAN e, ainda, há muito que ser feito para que exista realmente uma participação ativa da população frente às políticas patrimoniais da cidade e as outras tantas questões relacionadas à qualidade de vida dessas pessoas em seus bairros.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação patrimonial se mostrou uma importante ferramenta de mobilização social, como vimos ao longo desta pesquisa. Ouvir e dialogar com as populações que são as detentoras desses bens, é de suma importância para uma gestão participativa frente às políticas de salvaguarda do patrimônio. Ela deve se fazer presente também fora dos muros das escolas e adentrar em outras realidades do cotidiano das pessoas, entendendo que cada sujeito terá uma visão diferente acerca do seu patrimônio.

Cada comunidade tem suas próprias referências culturais, com modos de fazer, saber e celebrações particulares, formadores da cultura do Brasil, que é múltipla, diversa e dinâmica. Não somente os chamados monumentos de “pedra e cal” devem ser considerados frente às ações de educação patrimonial, mas todas as formas de expressão que fazem parte da vida das populações. Considera-se também que, na medida em que diferentes formas de usufruir o patrimônio são transmitidas entre as populações, mesmo sem perceber, existe ali a educação patrimonial. Além disso, é perceptível um aumento da autoestima da população em relação ao local onde moram, quando as ações são trabalhadas nesses espaços e não somente no “centro histórico” ou nos museus.

Concluindo, este trabalho teve como objetivo analisar algumas ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo IPHAN, especialmente na cidade de Ouro Preto- MG, expondo a importância delas para a preservação e difusão do patrimônio ouropretano. A EP é um campo de múltiplas possibilidades e desafios, não é como um manual ou uma cartilha pronta, precisa ser sempre estudada, questionada e repensada, entendendo que sem a participação popular a preservação do patrimônio não tem sentido.

REFERÊNCIAS

- ANASTASSAKIS, Zoy. A cultura como projeto: Aloísio de Magalhães e suas ideias para o Iphan. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Brasília, n. 35, p. 65-79, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.
- ANDRADE, Nivaldo Vieira Jr. Patrimônio Arquitetônico. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 39-42.
- AZEVEDO, Paulo Ormino. Patrimônio cultural e natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Brasília, n. 35, p. 45-63, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.
- BEZERRA, Márcia. Patrimônio e Educação Patrimonial. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 63-66.
- BIONDO, Fernanda Gabriela. **Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural: Casas do Patrimônio e Redes de Ações Educativas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Fernanda%20Biondo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20completa.pdf. Acesso em: 15. out. 2021.
- BOGÉA, Kátia. Apresentação. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Brasília, n.35, p.7-9, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 abril 2021.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. [1937]. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 4 abr. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933**. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. [1993]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80754-pe.html>.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da

República, [2000]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 06 mai. 2021.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão. Patrimônio e a Constituição de 1988. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 43-45. 16 set. 2021.

CALABRE, Lia. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional Dentro do Contexto da Construção das Políticas Públicas de Cultura no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Brasília, n. 35, p. 33-44, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia. SPHAN/ IPHAN. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 91-94,

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Brasília, n. 35, p. 79-103, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 17 set. 2021.

FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. **Reflexões para ações educativas em conjuntos urbanos tombados**: Ouro Preto. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado em Preservacao Dissertacao FERNANDES Simone Monteiro.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_FERNANDES_Simone_Monteiro.pdf). Acesso em: 10 jan. 2022.

FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. Ações de Educação Patrimonial em Ouro Preto - Relato de Experiência - **Revista Memorare**, Tubarão, v. 4, n.1, p. 69-92, 2017. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupep/article/view/5013/3118. Acesso em: 12 fev. 2022.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial**. Fortaleza, v. 1, p. 21-29, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf). Acesso em: 16 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz; **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria N° 137, de 28 de abril de 2016**. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Nova Olinda**: Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio. Brasília: IPHAN, 2009. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Boletim SPHAN 3**. Brasília, 1980. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_03.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A Construção de uma Cidade- Monumento: O caso de Ouro Preto**. 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8GCML9>. Acesso em: 15 jan. 2022.

OLIVEIRA, Cléo Alves P. **Educação Patrimonial no Iphan**. 2011. Monografia

(Especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_patrimonial_no_iphan.pdf.

Acesso em: 12 set. 2021.

OLIVEIRA, Myriam Andrade de Oliveira; Campos, Adalgisa Arantes. **Barroco e Rococó nas Igrejas de Ouro Preto e Mariana**. Brasília. DF: IPHAN, 2010.

PEREIRA, José Hermes Martins. **Notas Sobre II Encontro Nacional de Educação**

Patrimonial: Iphan- Ouro Preto, 17 a 21 de junho de 2011. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/notassobreiienephistoriador.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Imaterial. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 71-73.

RIBEIRO, Isadora Parreira. **Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial**. Estudo do impacto das classificações na comunidade local. 2021. Dissertação (Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2021. Disponível em:

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/135612/2/487882.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: Paisagem em transformação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em:

[file:///C:/Users/vence/Downloads/ouro_preto_paisagem_em_transforma_o%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/vence/Downloads/ouro_preto_paisagem_em_transforma_o%20(1).pdf).

Acesso em: 05 jan. 2022.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990**. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/8wzv5/pdf/santanna-9788523218713.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. Paraíba, n. 2, p. 30-37, 2012. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

SILVA, Tayná Carmacio. **TURISMO, PATRIMÔNIO E A EXTENSÃO**

UNIVERSITÁRIA: Ouro Preto (MG), a cidade é da humanidade mas não da comunidade?.

2019. Monografia (Bacharel em Turismo). Departamento de Turismo, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019. Disponível em:

https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2620/6/MONOGRRAFIA_TurismoPatrim%C3%B4nioExtens%C3%A3o.pdf. Acesso em: 13 fev. 2022.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Diferentes Olhares Sobre a Preservação das Cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio**. 2016. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E NACIONAL. **Boletim SPHAN 7- Pró**

Memória. Brasília, 1980. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_07.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E NACIONAL. **Boletim SPHAN 8- Pró**

Memória: Ouro Preto. Brasília, 1980. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_08.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Patrimônio Cultural: Sujeito, Memória e Sentido Para o Lugar. **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial**. Fortaleza, v. 1, p. 49-60, 2015. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf). Acesso em: 27 mar. 2022.

TOLENTINO, Átila; BRAGA, Emanuel. Educação Patrimonial: práticas e diálogos interdisciplinares. **Caderno Temático 6: Educação Patrimonial- práticas e diálogos interdisciplinares**. Paraíba, n.6, p. 8-10, 2017. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_06_.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. **Caderno Temático 5: Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. Paraíba, n.5, p. 39-49, 2016. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.